SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública

Autor (s)

Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

Título da Pesquisa

Formação policial e práticas institucionais das delegacias da mulher de Sergipe: entre a capacitação e a educação continuada

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006

Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

CONCURSO NACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS EM VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Titulo da Pesquisa:

"FORMAÇÃO POLICIAL E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DAS DELEGACIAS DA MULHER DE SERGIPE: ENTRE A CAPACITAÇÃO E A EDUCAÇÃO CONTINUADA"

RELATÓRIO FINAL

Proponente: Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

Responsável Técnica: Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

EQUIPE EXECUTORA:

MARIA TERESA LISBOA NOBRE PEREIRA [1]
(Coordenação da pesquisa)
LIANNA DE MELO TORRES [2]
(Coordenação de campo)
ANA CRISTINA COSTA DE ARAÚJO [3]
JACQUELINE MONTE DE HOLLANDA FONSECA [4]
MICHELE DE FREITAS FARIA DE VASCONCELOS [5]

ASSINATURA DO RELATÓRIO:

MARIA TERESA LISBOA NOBRE PEREIRA
LIANNA DE MELO TORRES

---

[1] Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará / Professora da Universidade Federal de Sergipe.

[2] Mestre em Educação / Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe.

[3] Psicóloga da Vara de Família do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

[4] Psicóloga.

[5] Professora Substituta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

AGRADECIMENTOS

À secretária de Segurança Publica do Estado de Sergipe, às delegadas da Delegacia da Mulher de Aracaju e Salvador e a ex-delegada da DEPM de Itabaiana, pela disponibilidade, colaboração e abertura com que nos concederam entrevistas.

À delegada responsável pela Coordenação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis de Aracaju, pelo apoio dado à realização da pesquisa e às secretarias e recepcionistas deste órgão que inúmeras vezes viabilizaram o nosso acesso às delegadas e demais funcionários.

Aos e às agentes policiais pelas entrevistas concedidas e pela confiança em nós depositada, ao nos revelarem suas opiniões, impressões e sentimentos acerca do tema da nossa pesquisa. A todos os e as agentes policiais das DEPMs de Aracaju e Itabaiana que se dispuseram a responder aos nossos questionários e a assistente social de Itabaiana que viabilizou sua aplicação naquela unidade policial.

À presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, membro da Casa Abrigo e da UBM (União Brasileira de Mulheres), pela sua colaboração através da entrevista concedida.

Aos membros da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe e do MUSA/Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, pela disponibilidade, interesse, acolhimento e abertura com que participaram das entrevistas. Esperamos que as reflexões produzidas neste relatório se somem a outras avaliações que esses grupos têm feito, acerca das relações entre a universidade – polícia - sociedade, em função de possíveis trabalhos futuros, em especial aqueles voltados à formação de policiais e de outros profissionais, no enfrentamento da violência em todas as suas formas.

Ao GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Exclusão, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal de Sergipe) pela infra-estrutura que nos disponibilizou e pelo apoio a nós concedido durante a execução da pesquisa, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

A cada um dos membros da equipe executora da pesquisa – Lianna, Ana Cristina, Jacqueline e Michele - , pela parceria, seriedade, compromisso, dedicação e competência com que realizaram o trabalho, em todas as suas fases: desde a construção dos instrumentos de coleta de dados, sua aplicação e tratamento, às analises e discussões que produziram o relatório final, o que faz deste um trabalho coletivo. À Profa. Lianna, em particular, com quem tenho dividido nos últimos 5 anos, trabalhos e inquietações em torno do tema desta pesquisa, pela sua clareza política e sensibilidade, pelas trocas e aprendizagens profissionais e acadêmicas, e principalmente, pela sua amizade.

A Fabiana Lobão pela colaboração no tratamento dos dados dos questionários.

À equipe da SENASP pela atenção e apoio ao longo da pesquisa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6

2. OBJETO DA PESQUISA E ENQUADRE TEÓRICO 9

Formação policial e educação para a cidadania 10
Formação policial como política de combate à violência de gênero 12
Formação policial nas DEPMs de Sergipe 14

3. METODOLOGIA 15

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO 20

4.1 – Inserção no campo e estratégias de implantação e articulação das experiências 20
4.1.1 – A experiência da CDH/UFS: Grupos de Discussão 20
a) Histórico 20
b) Planejamento da experiência e entrada no campo 21
c) Condições institucionais de execução da proposta 21
4.1.2 – A experiência do MUSA/UFBA: Capacitação 22
a) Histórico 22
b) Planejamento da experiência e entrada no campo. 23
c) Condições institucionais de execução da proposta 24

4.2 – Pressupostos teóricos e metodológicos das experiências 24
4.2.1 – A experiência da CDH/UFS: Grupos de Discussão 24
a) Concepções sobre o trabalho, idéias norteadoras da intervenção e objetivos da ação 24
b) Estratégias metodológicas 26
4.2.2 – A experiência do MUSA/UFBA: Capacitação 26
a) Concepções sobre o trabalho, idéias norteadoras da intervenção e objetivos da ação. 26
b) Estratégias metodológicas 27

4.3 – Formatação das ações 30
4.3.1 – Contextualização das discussões produzidas pelas duas experiências 30

4.4 – Impactos das experiências sobre as práticas institucionais 33
4.4.1 – A visão dos policiais 33
4.4.2 – A visão das agências formadoras 36
4.4.3 – A visão dos movimentos sociais 38

4.5 – Avaliação das experiências 39
4.5.1 - Pela corporação policial 39
4.5.2 – Pelas agências formadoras 40
4.5.3 – Pelos movimentos sociais 42

5. CONCLUSÃO 42

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS 45

ANEXOS 48

Anexo 1 – Roteiro de entrevista com as delegadas 49
Anexo 2 – Roteiro de entrevista com agentes policiais..... 50
Anexo 3 – Questionário aplicado aos agentes policiais 52
Anexo 4 – Roteiro de entrevista com membros da CDH/UFS..... 53
Anexo 5 – Roteiro de entrevista com membros do MUSA/ISC/UFBA 54

1. INTRODUÇÃO

Este relatório de pesquisa descreve e analisa duas experiências realizadas em Sergipe, desenvolvidas junto a policiais civis (delegadas, agentes de polícia, investigadores) e técnicas lotados nas Delegacias da Mulher. Tais experiências se constituíram como duas iniciativas dirigidas à formação policial específica no trato da violência de gênero no Estado: a primeira, pela Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe, formatada como *Grupos de Discussão e Reflexão de Práticas Institucionais*, realizada entre 2001 e 2002, e a segunda, pelo Ministério da Justiça/ MUSA/Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, formatada como *Capacitação para Policiais que atuam com Mulheres em Situação de Violência*, realizada em 2002.

Ambas tiveram como objetivo geral: contribuir para a formação dos quadros policiais, visando melhor qualidade no atendimento à população e maior resolutividade do serviço. Entretanto, algumas especificidades se verificam nas duas experiências, a partir de uma concepção diferenciada sobre educação, modos de intervenção institucional e relação polícia-sociedade. Este estudo identifica essas singularidades e as contribuições/impasses de cada experiência à formação de policiais que lidam com violência de gênero e aponta algumas questões, problematizando os processos de formação policial em geral, e de formação policial como política de combate à violência contra a mulher, em particular.

A pesquisa teve como objetivos específicos: a) Conhecer as propostas educativas das duas agências formadoras responsáveis pelas experiências, enfocando os princípios, fundamentos, pressupostos e objetivos que embasaram os dois projetos; b) Mapear os conteúdos programáticos, metodologia utilizada, recursos pedagógicos empregados e temas emergentes nos encontros com os/as alunos/as policiais; c) Levantar dificuldades, limites, impasses e avanços na execução dos projetos; d) Investigar o impacto que as duas experiências tiveram sobre a formação policial e, de modo particular, se houveram conseqüências, a partir desses trabalhos, em termos de mudança das práticas institucionais das DEPMs[6] e e) Conhecer a avaliação que as duas agências formadoras, a corporação policial e representantes de movimentos de mulheres fazem das experiências.

---

[6] Em Sergipe, as Delegacias da Mulher receberam a sigla DEPM (Delegacia Especial de Proteção à Mulher). Utilizaremos esta sigla quando nos referirmos ao contexto estadual e DEAM (Delegacia Especializada de Assistência à Mulher), quando nos referirmos às Delegacias da Mulher em nível nacional.

Entretanto, durante o período de mais de 1 (um) ano transcorrido entre a realização do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal e o início da pesquisa, a Delegacia da Mulher de Aracaju sofreu significativas mudanças em sua estrutura organizacional e em seu modo de funcionamento institucional, o que nos fez ampliar esses objetivos.

Vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, a DEPM de Aracaju criada em de outubro de 1986, funcionou, até 2004, como uma delegacia autônoma em relação às demais delegacias do município. Porém, em meados do segundo semestre de 2004, passou a integrar um *Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis*, composto por três delegacias especializadas, que têm como público: a) mulheres vítimas de violência doméstica e de violência sexual atendidas pela *Delegacia Especial de Atendimento à Mulher*; b) menores de 18 anos, vítimas de violência, atendidos, privativamente, pela *Delegacia Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente*; c) idosos, homossexuais e profissionais do sexo, portadores de necessidades especiais e qualquer pessoa vítima de discriminações em razão de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, atendidos pela *Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis* (SERGIPE, s.d.).

As atribuições de cada uma das unidades policiais que compõem o Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis foram definidas pela Portaria nº 037/2004 da Superintendência de Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública, como "registro e apuração de crimes e delitos", infringidos aos três segmentos sociais acima citados. (SERGIPE, 2004). A agregação das três delegacias especializadas num único complexo policial é justificada, neste documento, pela finalidade de "garantir maior integração das ações na área da segurança pública, voltadas às demandas de uma população específica, excluída de direitos básicos e discriminada socialmente" (SERGIPE, s.d.).

O novo complexo policial inclui um Núcleo de Mediação de Conflitos, visando um melhor atendimento da DEPM, sobretudo no enfrentamento da violência doméstica. De acordo com Marques e Teles (2004), a mediação pretende transcender o modelo punitivo para um modelo de justiça penal diferenciado, pautado no restabelecimento do diálogo, na negociação de interesses e na mediação de contendas, buscando a construção de relações solidárias entre as partes em conflito. Para que o instrumento da mediação seja eficaz, "é necessário qualificar os serviços prestados à população, ampliando os serviços de atendimento, tornando-os satisfatórios e hábeis na capacidade de resolver tais questões" (MARQUES, TELES 2004: 50). Essa nova atribuição da DEPM implica, prioritariamente, no nosso modo de entender,

viabilizar um programa específico de formação policial dos agentes lotados nesse complexo, aplicado à missão para a qual foi criado.

Essas mudanças de ordem organizacional e funcional verificadas na DEPM exigiram de nós um novo modo de inserção no campo da pesquisa e acercamento do nosso objeto de estudo. Deste modo, conhecer como tem sido pensada a formação dos quadros policiais lotados no Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis, em Aracaju, e em especial na DEPM, foi um objetivo que se agregou ao nosso Projeto de Pesquisa inicial.

Assim, em virtude do novo contexto esse relatório discute as experiências de formação policial desenvolvidas pela CDH/UFS e pelo MUSA/UFBA, situando-as dentro das mudanças que se encontram em curso no âmbito da segurança pública em Sergipe, a partir da criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis. Entretanto, esclarecemos que a nova configuração que a Delegacia da Mulher de Aracaju assumiu com sua criação, no que diz respeito à infra-estrutura e condições de trabalho, não se constitui objeto desta pesquisa. Os dados aqui analisados referem-se a um contexto histórico anterior (2001-2002), no qual se desenvolveram as duas experiências de formação policial.

A pesquisa foi desenvolvida por uma equipe de trabalho integrada por membros do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Exclusão, Direitos Humanos e Cidadania) da Universidade Federal de Sergipe, que participou de trabalhos sistemáticos voltados à formação policial nos últimos 5 (cinco) anos: 3 (três) docentes e 2 (duas) técnicas. Na medida em que ouviu diversos atores sociais (professores universitários, policiais, representantes de movimento sociais e ongs), a pesquisa teve caráter de continuidade de um trabalho anteriormente realizado pelo GEPEC, oportunizando a retomada e aprofundamento de um debate público em torno da função social das Delegacias da Mulher e do atendimento prestado pela segurança pública aos chamados grupos vulneráveis. Esperamos que essa discussão, retomada através da pesquisa e articulada por interlocutores que se encontram fora da organização policial, possa contribuir para uma reflexão crítica acerca da necessidade de uma formação específica destes policiais e para a definição de novas parcerias entre a polícia e a sociedade, na construção de estratégias de ação para implementação das mudanças almejadas.

Ressaltamos, por fim, que proceder a uma discussão e avaliação de experiências das quais participamos como atores[7] exigiu uma constante análise da nossa implicação com o

[7] Membros da equipe executora desta pesquisa participaram como instrutoras da Capacitação para Policiais que atuam com Mulheres em Situação de Violência, realizada pelo MUSA e

campo e objeto da nossa investigação. Esse dado remete a uma questão central nas ciências sociais: a complexidade da relação sujeito-objeto, frente à possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios somos agentes. (MINAYO 1994). Considerar-se parte integrante da pesquisa, "tornar-se um observador capaz de observar-se a si próprio", saber "impregnar-se do objeto", para depois fazer o movimento inverso de distanciamento (LAPLANTINE 1995), na busca de categorias analíticas próprias do discurso científico/acadêmico e não mais do discurso "nativo" ou militante, foi uma tarefa que requereu de nós disciplina, rigor e sensibilidade. Tendo sido executada coletivamente, porém, essa aproximação-distanciamento tornou-se possível, na medida em que a própria equipe executora da pesquisa funcionou como espaço de discussão dos dados e análise dos resultados.

2. OBJETO DA PESQUISA E ENQUADRE TEÓRICO

Apesar do avanço que representou a criação das Delegacias da Mulher na construção da cidadania das mulheres no Brasil, questiona-se hoje a sua eficácia como lócus privilegiado de implantação da política de segurança pública no combate à violência de gênero. Inúmeros estudos e pesquisas têm apontado exaustivamente a deficiência do atendimento prestado por este órgão e sua baixa resolutividade, que aliadas aos modos de funcionamento institucional dos Juizados Especiais Criminais, pautados em uma cultura jurídica tradicional, configuram um quadro onde permanece a impunidade, sobretudo nos casos de violência doméstica. (SAFFIOTTI s.d.; SANTOS 1999; SILVA 2001; DEBRET 2002; CARRARA ET ALLI 2002; MACHADO 2002).

Desde a sua criação, constatou-se que a maioria das denúncias registradas nas DEAMs remete à violência praticada contra a mulher por pessoas da família (em geral pelo companheiro). Por isso, na grande maioria dos casos, a vítima usa a delegacia como uma instância mediadora do conflito privado, na expectativa de que a intervenção da autoridade policial possa propiciar uma conciliação com o agressor. Disso resulta, em parte, as inúmeras retiradas pelas mulheres das queixas prestadas e na frustração profissional das agentes policias,

---

também dos Grupos de Discussão e Reflexão de Práticas Institucionais, realizada pela CDH/UFS. Nenhuma dessas pessoas, porém, concedeu entrevista sobre os trabalhos realizados, de modo que não se constituem como sujeitos/informantes da pesquisa.

por não levarem a cabo os processos que conduziriam à criminalização e punição do agressor (NOBRE, TORRES, FARIAS 2004).

As análises desta problemática revelam a complexidade que envolve a violência contra a mulher e o despreparo dos/as agentes policiais na identificação e compreensão do problema com os quais lidam cotidianamente, e apontam a necessidade imperiosa da formação dos quadros policiais que atuam nas Delegacias da Mulher. De fato, segundo revela pesquisa realizada pela SENASP, em 2004, 38% dos funcionários destas delegacias nunca passou por nenhuma capacitação (BRASIL 2004).

Identificamos duas perspectivas que orientam experiências de formação policial para as DEAMs: uma centrada numa formação de gênero, a qual, por si só, garantiria uma mudança nas práticas institucionais destas delegacias de polícia (SAFFIOTTI s.d.; AMARAL 2002), e outra que acena a insuficiência desta perspectiva para uma mudança nos modos de funcionamento destes órgãos, indicando a necessidade de uma análise mais profunda da organização policial e da cultura institucional que embasa as práticas dos(as) agentes policiais que aí trabalham. (SANTOS 1999; NOBRE, TORRES, FARIAS 2004; RIFIOTIS 2004).

Formação policial e educação para a cidadania

No mundo moderno, a educação tem sido vista não só como um meio de disseminação de conhecimentos formais, mas também como um meio de integração da população à cidadania. Esta foi uma das preocupações que levou inúmeros reformadores a instituírem a escola pública obrigatória, a partir da segunda metade do século XIX, nos países europeus e nos EUA. No Brasil, face às proporções da exclusão social existente, a "dimensão socializadora" da educação sempre foi uma das vertentes mais exploradas pelos educadores no país, como demonstram as obras de autores como Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, entre outros. Certamente, por isso, o debate em torno da chamada "educação para a cidadania" está tão em evidência nas últimas décadas, como parte das ações de redemocratização do país, após a ditadura militar. Entre estas iniciativas situam-se os Cursos de Direitos Humanos para policiais, os Fóruns Permanentes de debate sobre essas temáticas disseminadas ao longo de todo o País, e ultimamente, os Cursos de Especialização em Gestão e Segurança Pública, oferecidos por inúmeras universidades brasileiras.

Por outro lado, os programas formais, ligados aos currículos dos cursos de formação policial, estão se desenvolvendo atualmente em torno de uma matriz curricular definida pela SENASP, que se "propõe a ser um referencial nacional para as atividades de formação em Segurança Pública e tem como princípios os direitos humanos e a cidadania, a formação e a capacitação continuada, humana e profissional dos diferentes atores sociais", buscando, enfim, a construção democrática de saberes e práticas renovados (BRASIL 2005)

Além de terem a função de construir e/ou contribuir com uma nova formação policial, essas várias ações educativas na área da segurança pública, fornecem elementos para entender as corporações policiais, os códigos, crenças e valores dessa cultura institucional, e as formas como estes são incorporados/reproduzidos pelos seus quadros, nas relações com segmentos da sociedade, em particular com os grupos vulneráveis e em situação de conflito.

Entretanto, tanto em relação às experiências ligadas à educação formal quanto às demais que se encontram desvinculadas dos currículos acadêmicos da corporação policial e se caracterizam como intervenções que buscam a constituição de um novo modo de operar das organizações públicas, cabe indagar, como sugere Neves (2001): "É possível educar alguém para ser cidadão? São a cidadania e os direitos humanos conteúdos "formais" que possam ser aprendidos como outras disciplinas em cursos de formação ou treinamentos? Pode-se dar consciência a alguém?" Diz ele:

> Se na visão tradicional a educação é vista como um meio de transmissão de conhecimentos envolvendo, portanto, um processo de aprendizagem e de ampliação do conhecimento, a educação voltada para a cidadania, tal como a concebemos, é, antes de tudo, um processo de desnaturalização de crenças e valores e de redimensionamento de idéias e certezas incompatíveis com o exercício da cidadania – isso considerando a impossibilidade de se chegar a uma definição de cidadania que seja consensual. Ou seja, temos de pensar a educação tanto por seu lado positivo (da produção de conhecimento), quanto pelo seu lado negativo (de desnaturalização de idéias e práticas), que é quando a educação se torna um verdadeiro vetor de transformação social. Este duplo objetivo apenas é conseguido a partir de uma concepção dialógica da educação, onde a relação educador – educando termina por inviabilizar a transmissão mecânica e vazia de conteúdos instrucionais. Assim, não adianta falar de direitos humanos ao nível teórico se, na realidade dos policiais, eles parecem não ter pertinência; é na prática cotidiana e da reflexão sobre ela que pode nascer a preocupação com os direitos humanos (NEVES 2002: 147).

A indagação do autor sugere a necessidade de superar a noção de educação como transmissão de conhecimentos e informações, e de acrescer a ela a concepção de educação como "exercício sistemático de reflexão de crenças e valores" (MENDONÇA FILHO 2000) que orientam práticas sociais. Para que isso seja possível, faz-se necessária uma reinvenção da relação professor-aluno:

> Especulando sobre as articulações do termo educar com as noções de nutrir, conduzir, instruir, preparar, vemos que este se mantém sempre atrelado a um sentido que remete à idéia de "prática destinada à preparação do indivíduo". Pode-se também dizer que, modernamente, todo o conjunto de tensões constitutivas do termo varia, mantendo como centro a idéia de que um *menos* a se transformar em um *mais*. (...) Está claro que há então uma relação entre desiguais, entre um menor (que aprende) e um maior (que ensina). O desnível pode ser entre uma geração e outra ou entre uma classe social e outra ou ainda entre uma cultura e outra. O fato é que os modos modernos de conceber educação são todos desdobramentos deste tronco, e a discussão se mantém toda em torno dos conteúdos que devem ser transmitidos (valores morais, comportamentos básicos, habilidades específicas ou informações) e dos canais que são capazes de viabilizar sua transmissão (técnicas de eficácias pedagógicas) (MENDONÇA FILHO 2000: 41).

Adotando as premissas dessa construção teórica entendemos que a mudança das práticas policiais, almejadas pela sociedade e por grande parte dos membros dessas corporações, tem sido efetivada no Brasil à medida que se estabelece lentamente um "controle" das ações policiais pela comunidade às quais elas se dirigem, e não apenas pela aquisição de conhecimentos teóricos e técnicos ministrados em cursos voltados à formação policial. Neste sentido, canais de debate e discussão entre a polícia e a sociedade civil organizada começam a se abrir, o que têm permitido identificar parceiros e estabelecer alianças que possam contribuir para a implantação de novas políticas de segurança pública.

Formação policial como política de combate à violência de gênero

Tomando de empréstimo da Pedagogia a produção teórica sobre o processo de formação, recorremos a Nóvoa (1992), que afirma que este processo na se dá por acumulação (cursos + conhecimentos + técnica), mas através de um trabalho de reflexão crítica sobre a

prática, e de construção permanente de identidade pessoal e social. Reconhecendo esta premissa pensamos que uma política de formação profissional adequada deve ser dividida em dois momentos: a formação inicial e continuada. O processo de formação inicial é importante para que os agentes de polícia possam apropriar-se de toda discussão teórica – científica que envolve o seu objeto de trabalho. A partir daí, porém, é necessário dar continuidade ao processo de reflexão crítica de sua formação, o que na literatura educacional se convencionou chamar de formação continuada. A formação deve ter como eixo de referência o desenvolvimento profissional na dupla perspectiva da subjetividade, considerando sujeito individual e coletivo (NÓVOA 1992).

Pensar nesta modalidade de formação dos agentes policiais que trabalham na DEAM significa investir não só em programas de formação continuada, mas também na melhoria das condições de trabalho, na relação salário-formação e numa organização curricular que inclua questões relativas à natureza do poder, à ideologia e à cultura (GIROUX, MAC LAREN 1994).

Assim, um processo de formação policial que se proponha a pensar com seriedade na melhoria dos serviços prestados pelas DEAMs às mulheres vítimas de violência, passa por questionar o Estado nas estratégias de controle e desvalorização da categoria profissional. Pela falta de valorização profissional instala-se um processo de acomodação e frustração capaz de promover o descompromisso e a falta de envolvimento com o seu trabalho, ou um processo de resistência que funciona como um tipo de negação ou afirmação colocada diante de discursos e práticas dominantes.

Ainda tomando de empréstimo a literatura pedagógica sobre o processo de formação profissional, Zeichener (1993), propõe a formação de um profissional reflexivo, ou seja, um sujeito capaz de problematizar a realidade e a si próprio, como agente ativo do seu desenvolvimento profissional e agente da definição de funcionamentos institucionais. Além do compromisso com a reflexão enquanto prática social, o processo de formação deve ter como característica uma tendência democrática e emancipatória.

Considerando a atividade dos agentes policiais que trabalham nas DEAMs como uma atividade complexa e multifacetada, questionamos: até que ponto cursos de aperfeiçoamento, treinamentos e outros que tenham o objetivo de informar ou socializar modelos ou experiências exitosas, são suficientes como propostas eficazes de formação contínua?

Um programa de formação específica para policiais lotados nas DEAMs deveria contemplar o atendimento diferenciado e especializado às mulheres vitimizadas, a resolutividade dos casos e a rede de apoio jurídico, médico, social e psicológico à mulher. No entanto, nem no processo de escolarização regular nem nos cursos de formação promovidos pela organização policial há lugar para o foco central da questão com as quais lidam os agentes de polícia, ou seja, a diferença e a especificidade. Desse modo, qual o espaço capaz de garantir a reflexão das práticas policiais institucionalizadas, que têm se distanciado da missão para a qual as DEAMs foram criadas, negando às mulheres vítimas de violência um atendimento diferenciado e especializado? Parece-nos que a resposta deve ser construída a partir da análise aprofundada de experiências que estão em desenvolvimento.

Formação policial nas DEPMs de Sergipe

A maioria dos profissionais lotados nas DEPMs de Sergipe concluiu o ensino médio e muitos têm nível superior, entre os quais se destacam cursos de Direito e Serviço Social. O contingente é formado predominantemente por mulheres, havendo também a presença de policiais do sexo masculino, sobretudo no trabalho externo e no setor de investigação. As delegadas e agentes policiais são concursados, embora ainda existam profissionais contratados, transferidos e/ou cedidos de outros órgãos.

Seguem a mesma trajetória de formação profissional dos demais policiais civis: quando do seu ingresso na organização policial, se submetem a um treinamento dado pela ACADEPOL (Academia de Polícia Civil), que contempla, entre outros conteúdos, matérias de Direito Constitucional, Criminal e Penal, incluindo disciplinas obrigatórias sobre Direitos Humanos, Relações Humanas e Balística.

Até recentemente não havia programa de formação voltado às especificidades da função, sendo a atividade profissional aprendida por estratégias rotineiras junto aos/às policiais mais antigos/as e experientes. Com a criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis a oferta de outros cursos tornou-se mais freqüente e outras temáticas passaram a fazer parte do processo: legislação específica de proteção à mulher, legislação de proteção a grupos vulneráveis, atendimento ao público, disciplinas com conteúdos da área de sociologia, psicologia, ética, informática e português. Na opinião dos agentes policiais a mudança possibilitou não só a ampliação e melhoria do atendimento à população e maior eficácia na resolução dos casos atendidos, mas também melhoria no processo de formação específica.

Apesar da freqüência aos cursos/capacitações/treinamentos ter um caráter compulsório, os agentes policiais alegam interesse profissional/pessoal como motivação à participação dos mesmos.

Os requisitos básicos necessários para o desempenho das funções policiais na DEPMs, na opinião dos agentes são: "conhecimento da legislação", "capacidade de entender a vítima", "relacionar-se bem com o público" e "ser solidário". Esta maneira de conceber o processo de formação centrado em habilidades e atitudes pessoais revela uma concepção que não valoriza suficientemente a perspectiva teórica, técnica e crítica que deveria fundamentar o exercício da função policial. Isso indica a necessidade de se pensar uma formação específica à missão para a qual as Delegacias da Mulher e o Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis foram criados.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é essencialmente qualitativa, em função da própria natureza do objeto que nos propusemos investigar, constituído por um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, "que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis" (MYNAIO 1994: 21-22) e atravessado por aspectos bastante complexos e multifacetados.

As metodologias qualitativas procuram "introduzir um rigor, que não o da precisão numérica, aos fenômenos que não são passíveis de serem estudados quantitativamente" (MARTINS E BICUDO 1994: 27) e que necessitam ser considerados sob a perspectiva de uma abordagem mais abrangente e multidimensional. Assim, optamos por utilizar um conjunto de instrumentos que privilegiam a própria voz dos atores sociais, para a partir delas efetuar a análise dos dados, sem a pretensão de generalização dos resultados. Ao lado das fontes orais, consultamos registros escritos sobre as experiências de formação policial nas DEPMs de Sergipe, realizadas pela CDH/UFS e pelo MUSA/UFBA, de modo a permitir um entrecruzamento dos dados e possíveis significações diferenciadas dos mesmos fatos.

O processo de construção dos dados utilizou as seguintes fontes:

a) Entrevistas com delegadas e agentes policiais que participaram das duas experiências, com uma representante de movimentos de mulheres que

participou da Capacitação, e com representantes das duas agências formadoras (CDH e MUSA) responsáveis pelas experiências. Os entrevistados totalizaram 18 sujeitos.

b) Questionários aplicados aos/às agentes policiais lotados nas DEPMs de Aracaju e Itabaiana. Foram distribuídos 49 questionários, dos quais 18 foram devolvidos devidamente preenchidos.

c) Consulta ao Banco de Dados das duas entidades responsáveis pelas experiências: relatórios, memórias de reuniões, diários de campo, artigos publicados.

O maior desafio do trabalho consistiu, principalmente, na inserção da equipe no campo, onde algumas agentes policiais se apresentaram inicialmente reticentes a retomar uma discussão "antiga", ou seja, relatar e avaliar experiências transcorridas há mais de 3 (três) anos, num momento em que mudanças substanciais estavam sendo implantadas, referentes à estrutura organizacional, modos de funcionamento institucional e formação policial, com a criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis.

Iniciamos o trabalho de campo entrevistando as delegadas (Anexo 1), o que nos permitiu visualizar o contexto das mudanças estruturais e operacionais que envolvem as práticas da Delegacia da Mulher atualmente, e sua relação com as experiências de formação policial atuais e anteriores. Foram entrevistadas 3 (três) delegadas que participaram integral ou parcialmente da experiência do MUSA/UFBA: a ex-delegada de Itabaiana (atualmente delegada titular da DEPM de Aracaju), a atual secretária de Segurança Pública (ex-delegada da DEPM de Aracaju) e a delegada titular de Aracaju à época da realização das duas experiências. Esta última participou integralmente da experiência dos Grupos de Discussão e da Capacitação. Todas as delegadas entrevistadas mostraram abertura à pesquisa. Estas entrevistas nos forneceram elementos que nos permitiram elaborar um roteiro para a abordagem das agentes policiais (Anexo 2).

Uma dificuldade encontrada na coleta dos dados se refere à ausência de alguns policiais que participaram das experiências, em virtude de aposentadoria ou transferências e, principalmente, pela rotatividade na lotação de policiais entre as delegacias. Contudo, na DEPM de Aracaju, como se mantém basicamente a mesma equipe de trabalho ao longo dos últimos anos, foi possível entrevistar 8 (oito) das 12 (doze) participantes dos Grupos de

Discussão formados pela CDH/UFS. Todas estas policiais também participaram da Capacitação oferecida pelo MUSA/UFBA.

As entrevistas com as agentes policiais foram realizadas na sede da Delegacia da Mulher de Aracaju, durante o horário de trabalho, sendo as funcionárias liberadas pela delegada, pelo tempo necessário à tomada dos depoimentos, que variou de 30 minutos a 1 hora. Após a explicitação dos objetivos da entrevista e o estabelecimento de um "contrato" de sigilo acerca da não identificação pessoal dos sujeitos, as questões foram respondidas num clima de cooperação. Todas as entrevistas foram gravadas.

Em relação à experiência do MUSA/UFBA, que teve a participação de todos/as os/as policiais das DEPMs do Estado de Sergipe, encontramos maior dificuldade, pois muitos policiais da DEPM de Itabaiana sofreram rotatividade com as mudanças de delegadas naquela unidade policial, ocorridas nos 3 (três) últimos anos. Além disso, alguns foram aposentados e outros se afastaram da Polícia. Foi possível entrevistar um deles, que mesmo tendo prestado concurso para a Saúde Pública, deixando a carreira policial, contribuiu com seu depoimento. Em função desse quadro, optamos por aplicar o questionário (Anexo 3) a todos/as os/as funcionários/as das Delegacias da Mulher de Sergipe[8] que se dispuseram a colaborar com a atividade, independentemente de terem ou não participado das experiências.

As entrevistas com os membros das duas agências formadoras – CDH/UFS e MUSA/UFBA – foram realizadas, respectivamente, no campus universitário em São Cristóvão/Sergipe e na Secretaria de Saúde de Lauro de Freitas, na Bahia.

Essas entrevistas foram semi-abertas, com um roteiro norteador (Anexos 4 e 5), havendo, no entanto, maior liberdade para acrescentar e desdobrar questões, uma vez que os sujeitos participaram com maior espontaneidade, interesse e abertura, ressaltando a importância de se avaliar o trabalho realizado por eles. A seleção dos sujeitos foi intencional e considerou o grau de participação dos mesmos na elaboração e execução dos programas de formação policial, totalizando 5 (cinco) entrevistados entre as 2 (duas) agências.

---

[8] Atualmente existem 3 (três) DEPMs no Estado de Sergipe: 1 (uma) na capital, que atende à população de Aracaju e cidades vizinhas (criada em 1986), e 2 no interior do Estado, que atendem à área rural, sendo uma em Itabaiana (criada em 1994) e uma Lagarto (criada em 2002). Os questionários foram aplicados apenas em Aracaju e Itabaiana, tendo em vista que os/as policias da DEPM de Lagarto não participaram de nenhuma das experiências de formação policial aqui analisadas.

Em Salvador foi realizada uma entrevista com a delegada titular da Delegacia da Mulher, que participou da experiência do MUSA, em Sergipe, como instrutora. A entrevista foi realizada na sede da Delegacia da Mulher, onde fizemos 2 visitas. Além de coletar dados sobre esta experiência específica, a entrevista teve o objetivo de conhecer aspectos referentes à formação dos policiais e outros profissionais que lidam com violência de gênero na Bahia.

Por fim, foi realizada uma entrevista com uma representante dos movimentos de mulheres em Aracaju que participou da capacitação do MUSA/UFBA. A entrevistada é membro da UBM (União Brasileira de Mulheres), da Casa Abrigo e atual presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

A terceira fonte de dados é documental: relatórios da CDH/UFS sobre a experiência dos Grupos de Discussão, memórias das reuniões feitas com as agentes policiais na DEPM de Aracaju, material didático utilizado na Capacitação do MUSA (Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC–Instituto de Saúde Coletiva/UFBA), diários de campo disponibilizados pelos membros da CDH, que contém registros sobre as 2 (duas) experiências, e artigos publicados sobre a experiência da CDH junto às Polícias Militar e Civil do Estado de Sergipe, descrita nas obras organizadas por Neves, Rique e Freitas (2002) e por Mendonça Filho (2004).

Todos as entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas a sucessivas escutas e leituras, através das quais se identificou temas emergentes, escolhidos como unidades de registro (BARDIN 1970). O mesmo mapeamento foi adotado em relação aos questionários, aos dados obtidos através das fontes documentais e outros registros: relatórios, artigos publicados, memórias de reuniões, diários de campo, etc.

A partir desses mapeamentos, os dados passaram a ser agrupados de acordo com sua similaridade ou diferenciação, em referência às temáticas emergentes. A seguir foram classificados em categorias, estabelecidas segundo alguns princípios básicos, que implicam homogeneidade dos critérios de categorização, exaustividade e exclusividade entre elas (GOMES 1994). Ao mesmo tempo, atentamos para a necessidade de considerar esses elementos em conjunto, na sua totalidade e em inter-relação. Essa categorização permitiu uma maior visibilidade entre os dados, revelando em que aspectos as informações, opiniões e imagens aproximam-se, distanciam-se ou contrapõem-se. Identificar os pólos de tensão, oposição e semelhança entre os sujeitos, tanto num plano horizontal (policiais, professores, representantes de movimentos sociais e ongs entre si), quanto verticalmente (nos

atravessamentos entre essas categorias) revelou não apenas os consensos, mas também as contradições que permeiam as relações, idéias, imagens e percepções entre esses segmentos.

Foram definidas as seguintes categorias de análise, com base na Análise Temática realizada, que tiveram como eixo articulador a formação profissional dos policiais que trabalham com mulheres em situação de violência:

a) Inserção no campo e estratégias de articulação e implantação das experiências;
b) Pressupostos teóricos e metodológicos que embasam as experiências;
c) Formatação das ações: público atingido, carga horária, conteúdos programáticos, recursos metodológicos e temáticas emergentes;
d) Impactos das experiências sobre as práticas institucionais;
e) Avaliação da experiência: pela corporação policial, pelas agências formadoras, por representantes de movimentos sociais.

O procedimento de análise das entrevistas englobou sínteses dos relatos acerca de cada tema, destacando-se as semelhanças e as diferenças entre os vários discursos. As sínteses, que em alguns momentos aparecem como "falas reconstruídas" (ZANNELI 1994), foram intercaladas com textos dos próprios sujeitos, na tentativa de preservar, ao máximo, a palavra do outro e o sentido atribuído aos temas abordados. Suas versões, independentemente da veracidade ou não das informações que fornecem, não são tomadas como o olhar de um indivíduo sobre uma experiência vivenciada, mas como conteúdos produzidos e marcados pelo coletivo: crenças, valores, atitudes e projetos que norteiam as práticas sociais dos grupos sociais que protagonizaram as duas experiências de formação policial realizadas nas DEPMs de Sergipe, num determinado contexto social e momento histórico.

Neste sentido, os dados não revelam apenas os aspectos explícitos das experiências e dos acontecimentos objetivos, mas aspectos implícitos nas práticas sociais retratadas pelo discurso dos informantes, das instituições e grupos dos quais fazem partem. Revelam também o jogo das relações mais amplas que constituem o campo social sobre o qual se desenvolveram as experiências de formação policial aqui analisadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - INSERÇÃO NO CAMPO E ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

4.1.1 – A experiência da CDH/UFS: *Grupos de Discussão*

a) Histórico:

Entre 1999 e 2002, a Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe realizou um trabalho de extensão universitária, caracterizado como pesquisa-intervenção, através do Curso "A Polícia como Protetora dos Direitos Humanos", do qual participaram policiais civis e militares. O Curso foi realizado em convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, o GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares) e FAPESE (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Sergipe), com financiamento da Fundação FORD, atingindo cerca de 400 policiais militares e civis, com carga horária de 40 horas (COMISSÃO 2002).

Após a realização de 17 turmas do curso, a avaliação feita pela CDH/UFS apontou para a conquista de um espaço de problematização da relação polícia e sociedade no âmbito das corporações. Embora tenha tido um conteúdo programático formal, discutido com os alunos durante as aulas, segundo relatório e depoimentos de membros da CDH, o maior impacto do curso foi ter produzido a tematização do exercício da função policial, com ênfase nos problemas estruturais e de funcionamento interno das organizações policiais.

Deste modo, o formato Curso de Extensão havia chegado a um impasse: se por um lado permitia o trânsito de informações e conhecimentos sobre a temática "a polícia como protetora dos direitos humanos", por outro desencadeava a reflexão em torno dos problemas institucionais da própria polícia, o que impunha a necessidade de aprofundamento das questões levantadas, que, com o término do curso não tinham continuidade. Surgiu então a proposta de modificar o formato do projeto anterior e a intervenção passou a ser caracterizada, não mais como Cursos de Direitos Humanos para policiais, mas como *Grupos de Discussão e Reflexão de Práticas Institucionais.* A proposta era que os grupos se reunissem sistematicamente nas duas corporações policiais, durante 6 meses, em reuniões quinzenais, de modo a permitir uma discussão mais sistemática dos problemas institucionais evidenciados na primeira fase da experiência.

Nesta segunda fase foram constituídos 4 (quatro) grupos: 3 (três) grupos na Polícia Militar (Coronéis, Oficiais e Patrulhamento Urbano); e 1 (um) grupo na Polícia Civil (Delegada e Agentes de Polícia Judiciária da Delegacia da Mulher de Aracaju). Na DEPM, a expectativa institucional, que se constituía como uma demanda da delegada, era que a intervenção ajudasse a "melhorar o atendimento à população". Dessa forma, vislumbrou-se a possibilidade de construção de um espaço de debate sobre as práticas institucionais desenvolvidas na DEPM, onde seus servidores se dispusessem a repensá-las (FARIAS 2002).

b) Planejamento da experiência e entrada no campo:

Foram realizadas 3 (três) reuniões de negociação/construção da proposta, na sede da DEPM de Aracaju. As reuniões ocorreram durante o horário de trabalho, nos turnos da manhã e tarde, das quais participaram a delegada e todos/todas os/as agentes policiais, técnicas e investigadores lotados na unidade. Foi discutida a proposta de constituição dos grupos, a demanda da delegada e as expectativas dos/das policiais frente ao trabalho. A CDH construiu, a partir daí, um primeiro mapeamento da natureza da intervenção, com levantamento das demandas iniciais, ficando a proposta a ser construída com o grupo, à medida que a experiência fosse se desenvolvendo, em termos de temáticas a serem discutidas e dinâmicas de funcionamento das reuniões, que totalizaram 9 (nove), durante 6 (seis) meses. Foi colocado o critério de participação não compulsória dos agentes. Deste modo, dos 26 (vinte e seis) policiais presentes nas reuniões iniciais, apenas 12 (doze) se dispuseram a participar da experiência dos Grupos de Discussão.

c) Condições institucionais de execução da proposta:

Segundo depoimentos dos membros da CDH, a proposta dos grupos era "nova e ousada", pois significava que "pessoas estranhas à organização queriam discutir e problematizar, com a polícia, os problemas da própria polícia". Diferentemente da experiência dos Cursos de Direitos Humanos, oferecidos anteriormente, a experiência dos grupos, tanto na Polícia Militar como na DEPM, representava uma "construção coletiva":

> Antes, se dava um curso e se discutia. Nos grupos, se discutia juntos desde o início, se construía juntos um diagnóstico institucional, se fazia uma análise a partir do que os próprios policiais traziam e se propunha coisas novas. Foi interessante também para a equipe, nos permitiu conhecer melhor a cultura policial (membro da CDH).

Ao mesmo tempo em que os policiais que queriam uma polícia diferente e cidadã viam nos Grupos de Discussão uma possibilidade de fazer alianças com representantes da sociedade, desencadeavam-se resistências institucionais. Tais resistências eram expressas em dificuldades para articular e manter o funcionamento das reuniões: ausência de participantes, dificuldade de local, disponibilidade de horário dos policiais, encontros com duração variável a depender da rotina institucional, etc (COMISSÃO 2002). Segundo dizem membros da CDH, "os policiais demandavam aquele tipo de intervenção, mas as condições de suporte institucional eram muito limitadas".

De acordo com depoimento de uma das delegadas da DEPM, muitas questões discutidas eram delicadas, "às vezes ficava muito evidente as lacunas e limitações das policiais, tanto pessoais quanto profissionais, para o exercício da função". Entretanto, uma das agentes policiais afirma:

> A diferença que eu achei entre o trabalho da universidade e desse curso que nós tivemos com o pessoal que veio da Bahia foi justamente o tempo. Elas vinham se dedicando aos poucos, elas vinham fazendo uma coisa contínua, entendeu? E foi a primeira vez que nós tivemos contato com uma entidade de fora que viu a gente assim. O outro não, a gente foi informado que ia ter um curso dia tal, começa tal hora e termina tal hora, com tantos dias, aqui está a pasta, vai acontecer na Escola de Polícia. Foi uma coisa assim e outra coisa era o trabalho feito continuamente, explorando a gente aos poucos, sabe como é? Era até uma hora de relaxamento que a gente podia falar um pouquinho da gente também e foi muito gratificante (uma agente policial).

4.1.2 – A experiência do MUSA/UFBA: *Capacitação*

a) Histórico:

Com o objetivo de conhecer e analisar criticamente as condições de funcionamento das DEAMs ao longo de todo o território nacional, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/SEDIM, em parceria com o Ministério da Justiça/SENASP realizou, em 2000, uma ampla pesquisa que atingiu 78% das 370 DEAMs então existentes no País. A pesquisa intitulada *"Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres",* investigou, entre outros aspectos, a infra-estrutura, condições de trabalho policial e formação do contingente lotado nesses órgãos. A pesquisa apontou a precariedade de funcionamento das DEAMs, enfatizando a urgência de capacitação específica de seus agentes

policiais e técnicas, cuja carência representava o maior entrave ao funcionamento deste órgão em todo o País, que se expressava, sobretudo, na baixa qualidade do atendimento prestado às mulheres vítimas de violência e no atendimento insatisfatório de suas demandas específicas (SILVA 2001).

Decidiu-se, então, pela execução de um programa de formação policial, estruturado como capacitação, que atingisse todas as delegacias da mulher ao longo do território nacional. Buscou-se parcerias com ONGs e universidades para pensar a elaboração de um projeto. O treinamento de agentes multiplicadores para execução do curso nos estados e municípios foi realizado pela CEPIA, no Rio de Janeiro.

De acordo com depoimento de um membro do MUSA, como não houve representantes do Estado de Sergipe no treinamento dado pela CEPIA, a UFBA, através do MUSA (Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia) foi convidada para executar o projeto em Sergipe. O programa da Capacitação inseriu-se, portanto, num projeto mais amplo, a partir de uma iniciativa do Ministério da Justiça, em parceria com outras instituições. A Capacitação foi realizada durante uma semana, com participação compulsória de todos os policiais lotados na Delegacia da Mulher do Estado.

b) Planejamento da experiência e entrada no campo

Um mês anterior à Capacitação, foi convocada uma reunião com várias entidades que trabalham com gênero em Sergipe, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública para discutir a sua realização. Estavam presentes representantes das seguintes instituições: Caritas, Bem-me-quer (Ong), OAB / Centro de Defesa da Cidadania da Mulher, Conselho Municipal de Direitos da Mulher, Fórum de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da UFS, Fórum de Mulheres e UBM - União Brasileira de Mulheres.

O programa da Capacitação já estava elaborado, não sendo possível alteração no seu conteúdo. Propunha-se, entretanto, a participação de professores das universidades locais para ministrar as aulas; quadros da Polícia Civil e representantes dos movimentos de mulheres foram também convidados, para participar de atividades de mesas-redondas e na abertura do evento, ao lado de outras autoridades.

c) Condições institucionais de execução da proposta:

De acordo com o MUSA, houve a possibilidade de articular vários parceiros locais para a realização da Capacitação, de modo que as condições institucionais necessárias ao sucesso da experiência foram garantidas, sobretudo em relação à liberação dos/das funcionários/as. Algumas delegadas, porém, apontam problemas no modo como a experiência foi executada:

> Eu acho é que a gente precisa ser ouvido nesse processo, pensar junto, porque senão vai ser aquele mesmo erro: a polícia sempre achou que sabia fazer polícia e nunca ouviu ninguém, agora um grupo de fora acha que sabe fazer e não nos ouve, então eu acho que é ruim, acho que eles deviam nos ouvir, mesmo que se por acaso em algum momento nós falarmos alguma coisa que seja equivocada, é o processo de discussão que vai construir alguma coisa. (...) Quando o grupo que propõe diz que ouviu a instituição ele se legitima junto à própria instituição, até com os próprios participantes. (...) A polícia pode não ter condições de formular, mas a gente conhece o que está fazendo, então a gente pode oferecer os elementos para quem possa fazer, para quem possa formular. Então tem que haver uma troca. A sociedade não pode pensar esses cursos e propor capacitação sem ouvir a polícia (uma delegada).

4.2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS EXPERIÊNCIAS:

4.2.1 – A experiência da CDH/UFS: *Grupos de Discussão*

a) Concepções sobre o trabalho, idéias norteadoras da intervenção e objetivos da ação:

O trabalho junto às polícias, incluindo a experiência na DEPM, é definido pela CDH como "uma modalidade de pesquisa-intervenção", por meio da qual se buscava conhecer o campo e provocar uma análise coletiva do funcionamento institucional. A perspectiva que embasou a intervenção fundamentou-se nos princípios básicos da Análise Institucional (LOURAU 1993), através da participação ativa das policiais nas discussões e temáticas propostas pelo próprio grupo (COMISSÃO 2002).

A discussão estava centrada no exercício da função policial e nas práticas institucionais da Delegacia da Mulher como órgão da Polícia Civil, inserida numa cultura organizacional, onde se reproduzem valores e crenças consolidados, observados, inclusive, em

outras delegacias. Foi considerado, entretanto, as especificidades do público atendido e suas demandas singulares: mulheres vítimas de violência e seus agressores.

> A gente pretendia levantar elementos políticos para o policial entender suas próprias condições de trabalho ou falta de condições e viabilizar uma discussão sobre a necessidade deles mesmos se organizarem para resolver esses problemas internos da polícia, as relações da policia com o governo do Estado, que interferem na prática dos policiais (membro da CDH).

> O que se problematizava mesmo era o porquê das práticas policiais acontecerem daquele modo, naquela situação. Muitos policiais conhecem a legislação, às vezes eles têm a informação, mas agem contrariamente. Então a gente queria analisar isso, esse descompasso entre a informação e o conhecimento que eles já detêm e as práticas executadas (membro da CDH).

As diretrizes que nortearam o trabalho centraram-se em dois eixos:

1) estimular a construção de uma prática de discussão, através da reflexão dos modos de funcionamento naturalizados nesse órgão e das práticas policiais, sobretudo com relação às formas de atendimento às mulheres que registram queixas na DEPM;
2) estabelecer a possibilidade de um diálogo entre a polícia e a sociedade onde se discuta e se repense o exercício da função policial no atendimento das demandas específicas das mulheres que sofrem violência e sua relação com a construção da cidadania.

A CDH "se propôs como dispositivo de enunciação que objetivava analisar as questões sociais no plano institucional, entendido como plano abstrato das crenças e valores que se materializam nas organizações sociais" (COMISSÃO 2002: 4). A discussão acerca dos direitos humanos em geral e dos direitos das mulheres em particular, foi centrada no âmbito das ações do Estado, isto é, no modo de execução das funções públicas, onde não se enfatizava as práticas individuais dos agentes, mas o modo como uma determinada cultura policial era reproduzida e naturalizada no espaço específico da DEPM.

b) Estratégias metodológicas:

A estratégia metodológica deu ênfase à discussão crítica sobre o cotidiano da atividade policial, numa proposta aberta, onde não havia temas definidos a priori, sendo estes sugeridos pelas próprias agentes policiais, a cada encontro, para a reunião seguinte. Nesta proposta o enfoque de gênero estava contemplado, embora contido numa perspectiva mais ampla de formação em direitos humanos e cidadania, permitindo uma maior aproximação com a complexidade da segurança pública. Procurava-se, também, valorizar o trabalho das policiais e a função social da DEPM como mediadora de conflitos, dentro de uma perspectiva mais democrática de segurança pública, que extrapola a tarefa investigativa e repressora da polícia.

Os recursos utilizados (músicas, dramatizações, estudos de caso, relatos de pesquisa, etc), foram mobilizados como recursos auxiliares na condução do trabalho e não como procedimentos técnicos para a obtenção imediata de resultados definidos. Buscava-se quebrar os lugares postos da relação de poder professor x aluno para poder problematizar as questões e permitir outras falas diferenciadas (COMISSÃO 2002).

Além dos recursos técnicos, foi utilizada a observação livre do funcionamento da delegacia com registro etnográfico em diário de campo, cujos dados abasteciam a intervenção, se constituindo como material de discussão das reuniões (FARIAS 2002). As policiais fazem referência a essa postura metodológica:

> Se alguém vê você fazendo seu trabalho e vai criticar de uma forma construtiva, você já vai começar a enxergar os erros, então foi isso que elas mostraram para a gente, sem apontar os erros, mas mostrando como melhorar, informando sobre a situação da mulher que sofre violência (...) Elas chegavam e observam as policias trabalhando estressadas, então discutiam como tratar o próximo caso, mostravam como as mulheres chegavam deprimidas e a gente ia melhorando (uma agente policial).

4.2.2 – A experiência do MUSA/UFBA: *Capacitação*

a) Concepções sobre o trabalho, idéias norteadoras da intervenção e objetivos da ação:

Os critérios utilizados pelo MUSA/UFBA para pensar os projetos de capacitação de policiais das DEAMs são construídos em torno de uma metodologia específica de gênero, montada em parceria com núcleos de saúde pública de duas universidades brasileiras: a

UFRGS (Universidade Federal do Rio do Sul) e a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), de acordo com depoimento da coordenadora da Capacitação em Sergipe.

O eixo norteador da proposta está assentado na necessidade de capacitação específica dos/as policiais e técnicos/as que lidam com violência de gênero e na ampliação dos serviços das DEAMs, desdobrando-se na formação de redes de atendimento integral às mulheres em situação de violência, como parte de uma política pública de combate à violência contra a mulher.

As idéias norteadoras da intervenção estão ancoradas em dois pressupostos:

1) capacitar os agentes públicos no trato da violência contra a mulher, para uma melhor operacionalização das ações das DEAMs;

2) estimular a criação de uma rede de atendimento integral que se desdobre em ações de outras instituições (serviços assistenciais e jurídicos).

A Capacitação pretendeu identificar os avanços conquistados pelas DEAMs e os impasses que impedem um melhor desempenho no atendimento e acolhimento das mulheres. O foco da ação estava voltado para a necessidade de intervir sobre as práticas dos policiais no atendimento às mulheres que procuram as DEAMs, a partir do levantamento das dificuldades enunciadas pelos agentes policiais referentes ao trabalho que executam. Identifica ainda a necessidade de repensar os preconceitos e discriminações dos próprios policiais no atendimento às mulheres.

> E aí é uma coisa importante nessas capacitações que eu tenho coordenado é a dificuldade que os policiais têm de serem capacitados pra saber atender bem essas mulheres, independente da raça, da cor, da religião ou da idade. Esses policiais foram criados numa sociedade patriarcal, que é machista, que é preconceituosa, que é racista também, e às vezes eles não se dão conta disso e isso se reproduz num péssimo atendimento (membro do MUSA).

b) Estratégias metodológicas:

A Capacitação privilegiou a transmissão de um conteúdo programático, com enfoque de gênero, abordando as principais temáticas voltadas ao trabalho policial no atendimento às mulheres em situação de violência. O programa é sempre o mesmo em todos os Estados brasileiros, mas segundo depoimento da coordenadora, quanto maior o

envolvimento de instrutores e profissionais locais, maior a possibilidade de viabilizar a formação da rede. Nessa perspectiva não só os policiais deveriam ser contemplados na formação, mas membros de outras instituições, como o pessoal das Casas Abrigo e da rede de saúde pública.

A experiência do MUSA tem revelado que há ações isoladas ou incipientes de várias instituições no atendimento das mulheres vítimas de violência, que se configuram como uma rede informal. A perspectiva da Capacitação é de contribuir para a articulação dessas várias entidades de modo que a rede possa ser tecida e formalizada para oferecer um atendimento integral e integrado às mulheres.

As capacitações coordenadas pelo MUSA utilizam como recursos metodológicos workshops, com aulas e mesas redondas. Na ocasião, são distribuídos materiais de apoio, em forma de caderno, contendo os textos referentes ao conteúdo programático com temas trabalhados para que possam ser consultados posteriormente pelos participantes, caso desejem se aprofundar.

Freqüentemente, há participação de instrutores convidados de outros Estados para abordar algumas temáticas: em Sergipe houve a participação da delegada da DEAM de Salvador e de um magistrado de um dos Juizados Especiais Criminais de Pernambuco. De acordo com depoimentos dos policiais, ambos contribuíram com o relato de experiências bem sucedidas no campo do atendimento policial às mulheres vítimas de violência e na aplicação da Lei 9099/95, respectivamente. Contudo, alguns policiais se referiram ao grande volume de informações, à quantidade de participantes e à necessidade de um maior conhecimento da realidade local por parte dos instrutores. Alguns consideraram o conteúdo muito teórico, pouco aplicável.

> No curso a gente cresceu profissionalmente, mas quando chegava na hora de participar a gente ficava meio intimidada até pelo volume de pessoas que tinha e porque a gente não estava acostumada assim com aquela coisa, muita coisa de uma vez só (agente policial).

> Os temas eram interessantes, mas foi como eu falei para você, ficou teórico demais, tudo saiu correto, as idéias interessantes, mas não estava aproximado com a realidade que a gente estava vivendo, com a nossa cultura (...) Até o pessoal falava: “isso aí é falando, na prática é diferente, na prática não dá para fazer assim”. Então de repente não dá para fazer assim mesmo, como seria o melhor, o ideal. Então o professor era bom, mas ele tinha dificuldade em contextualizar aquela informação na nossa realidade. Então faltou um

pouco essa ponte aí, um bate papo face a face com o policial, ir lá conversar na própria delegacia, vê como é que é um dia de trabalho lá. Precisaria muito desse contato mais aproximado, fazer uma busca de campo primeiro para saberem como são as queixas, o dia do policial civil lá na Delegacia da Mulher daqui de Sergipe especificamente. Porque tem as diferenças, a Delegacia da Mulher de Itabaiana é diferente da daqui de Aracaju, são culturas diferentes. Geralmente a delegacia funciona de acordo com o ritmo que a delegada impõe, então diverge muito, às vezes, de uma delegacia para outra ou mesmo dentro de uma mesma delegacia, quando muda a delegada (agente policial).

Eu acho que toda tentativa e esforço no sentido de melhorar a atividade como um todo das instituições públicas, eu acho válida; eu só acho que a freqüência e o pensar em cursos, a carga horária, as matérias a serem tratadas, que sirvam de modo prático. Se um curso diz respeito à delegacia ou à policia, que seja dada uma conotação prática para que aquilo sirva de alguma experiência para ser colocada em prática. Eu acho que isso é importante, as instituições de fora são ótimas, mas seria bom que sempre tivessem um contato com a realidade da instituição para que o curso não fosse muito abstrato à realidade das pessoas que vivenciam os problemas no dia a dia (uma delegada).

4.3 – FORMATAÇÃO DAS AÇÕES

	GRUPOS DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO / CDH	CAPACITAÇÃO / MUSA
Público atingido	Policiais da DEPM de Aracaju Participação não compulsória, havendo presença variável de 12 agentes policiais, psicóloga e delegada. Não houve participação de policiais do sexo masculino. Outros participantes eventuais: 2 delegados e 1 delegada lotados em outras delegacias	Policiais das DEPM de Aracaju e Itabaiana Participação compulsória de todo o contingente policial das DEPMs Presença de 46 agentes policiais (28 do sexo feminino e 18 do sexo masculino) 2 delegadas e 1 assistente social Outros participantes eventuais: 1 policial da Divisão de Ensino da ACADEPOL; 1 funcionária do IML; 1 assistente social da Casa Abrigo (em implantação); 3 membros da CDH /UFS e de movimentos sociais
Local	Sala da delegada ou da psicóloga na sede da DEPM de Aracaju	Auditório da ACADEPOL
Período de realização	09/09/2001 a 16/10/2001– 3 Encontros de Planejamento/ 2 meses 08/11/2001 a 16/04/ 2002 - 9 Encontros do Grupo/ 6 meses	Reunião preparatória – agosto de 2002 30 de setembro a 04 de outubro de 2002 / 1 semana
Carga horária	12 encontros de 2 horas, totalizando cerca de 24 horas	Curso de 20 horas, 4 horas-aula por dia.
Conteúdo programático	1. A banalização da violência na sociedade brasileira e a violência contra a mulher. 2. O atendimento às mulheres vítimas de violência e a especificidade do trabalho policial na DEPM. O lugar da DEPM na Polícia Civil 3. As demandas das mulheres em relação à DEPM e a função da DEPM como mediação de conflitos. 4. Condições de trabalho e relações interpessoais na DEPM. Relações de gênero na polícia. 5. Formação policial: percursos e dificuldades específicas para ação na DEPM. 6. Construção de um projeto de formação policial para a DEPM: aspectos políticos-educacionais e técnicos.	1. Panorama da violência no Brasil, a violência urbana, violência doméstica e de gênero. 2. Saúde e direitos reprodutivos e a interface com a violência. Violência como uma questão de saúde pública. 3. Legislação de proteção à mulher no campo do Direito Civil e Direito Penal. A Convenção de Belém do Pará. 4. Aspectos jurídicos da Lei 9099/95, a criação dos JECRIMs, a punição aos agressores 5. Formação de redes de apoio à mulher que sofre violência (aspectos médicos, assistenciais, jurídicos, educacionais,etc) 6. Elaboração de propostas e encaminhamentos
Recursos metodológicos	- Músicas - Dramatizações com inversão de papéis - Devolução de dados de pesquisa realizados na DEPM - Biografias de mulheres - Discussão de casos atendidos	- Palestras - Aulas-debate - Discussão em grupos e plenária - Mesas redondas - Simulação de caso

4.3.1 – Contextualização das discussões produzidas pelas duas experiências

Segundo depoimento de uma das delegadas, a DEPM de Aracaju foi uma das primeiras Delegacias da Mulher do Brasil, criada em 1986 por um desejo da 1ª dama do Estado. Depois, como aconteceu nos demais estados brasileiros, decorrente do baixo número de inquéritos policiais instaurados e do inexpressivo número de casos encaminhados à Justiça, passou a ser discriminada dentro da própria corporação como uma delegacia que "não fazia trabalho de polícia" e que "atendia problemas fúteis", em virtude das demandas específicas das mulheres, voltadas prioritariamente à área psicológica e social. Permaneceu na estrutura da Secretaria Estadual de Segurança Pública sem receber importância das autoridades, sendo os policiais lotados na DEPM discriminados por outros colegas.

> Ser lotada na delegacia da mulher era uma segunda condição, uma segunda qualidade de delegado: existiam os delegados e a delegada da mulher era diferente, não era uma delegada de fato. A delegacia da mulher não tinha um status de delegacia, porque nela, diziam os outros policiais, não se fazia polícia. A delegacia da mulher era sempre marginalizada, dentro da própria instituição (...) Mas depois ganhou espaço: em primeiro lugar com a nomeação de delegadas concursadas e respeitadas, tanto no mundo policial quanto no mundo político, que deram outra visibilidade a essas delegacias (uma delegada).

Apesar das dificuldades e impasses, durante os debates nas duas experiências, foi enfatizado o avanço que representa a criação das DEAMs para a construção da cidadania das mulheres e a contribuição do órgão para a redução do problema da violência de gênero, mesmo que as soluções encontradas não tenham resultado na punição dos agressores. Neste sentido, foi discutido o papel da polícia como instância mediadora do conflito privado e a importância da DEPM como espaço educativo e de reflexão, junto às vítimas e agressores, dos valores que produzem e reproduzem a violência contra a mulher.

Em decorrência da ausência de uma rede estruturada e formal de atendimento que possa oferecer à mulher, seus filhos e agressores, soluções mais definitivas para o problema da violência, os/as policiais revelaram o sentimento de "fazer um trabalho paliativo" ou "botar panos quentes na situação". Algumas policiais que lidam diretamente com os casos de violência doméstica, sobretudo, afirmaram, inclusive, "não querer se envolver muito, porque não podem dar jeito".

Três problemas podem ser evidenciados a partir dessa afirmação: a falta de acolhimento às mulheres, a precariedade das condições estruturais de atendimento e a falta de formação policial para lidar com vítimas de violência. Durante as discussões, porém, foi

mapeada a existência de uma rede informal, identificados parceiros já existentes ou potenciais e feitas algumas sugestões de encaminhamentos para que a rede possa ser tecida.

Em relação ao atendimento dos agressores, na Capacitação foi apresentada e discutida a Lei 9099/95 e sua aplicação. Foi ressaltado o caráter não socializante das medidas de contenção adotadas antes da lei e sua pouca eficácia em termos de mudança de padrões de conduta, evidenciando-se a necessidade de medidas pedagógicas e preventivas, sobretudo no trato da violência doméstica. Muitos aspectos foram polemizados, do efeito pedagógico da sentença à aplicação das penas alternativas que têm contribuído para a banalização da violência de gênero e a perda de credibilidade na Justiça pela sociedade. A experiência realizada em Pernambuco foi apresentada como um modelo diferenciado e exitoso de aplicação da lei.

Uma dificuldade apontada nos Grupos de Discussão foi a relação da polícia com os movimentos sociais e de mulheres no Estado, que não trabalham articulados entre si nem em conjunto com a polícia. Foi citada, também, a ausência de espaços públicos que possam promover o debate entre esses segmentos sociais, desdobrando-se em ações integradas e mais eficazes. Em alguns momentos foi evidenciado um campo de tensão entre a polícia e os movimentos de mulheres:

> Os movimentos sociais criticam o atendimento da delegacia, mas às vezes exigem o que não é legalmente permitido, como invadir domicílios para retirar o agressor e pertences da vítima, sem ordem judicial. Mas a polícia não pode agir fora da legalidade. Quando é preciso entrar com mandato de busca e apreensão, por exemplo, ou só mesmo a entrega de intimações, os policiais sofrem desacato. Como não são preparados para lidar com isso, muitas vezes reagem e aí gera o que fica identificado como violência policial. Os movimentos cobram da gente, mas não vêem que os policiais também são tratados com desrespeito pela população (uma delegada).

O depoimento acima e outras falas semelhantes revelam a precariedade da formação policial no Estado e em particular dos quadros das DEPMs. Neste sentido, a polícia aparece como uma instituição sem formação básica, com predomínio dos processos informais de aculturamento, muito mais eficazes do que a aprendizagem formal dos conteúdos que são ministrados nos treinamentos oferecidos pela própria corporação.

Em termos de condições de trabalho, observa-se em Sergipe a mesma situação das demais DEAMs do Brasil: precariedade em termos de infra-estrutura física, falta de equipamentos para serviço interno e externo, falta de uma política de pessoal satisfatória na corporação, sobrecarga de trabalho, baixos salários, rotina estressante, rotatividade de

delegadas e funcionários, falta de pessoal técnico capacitado (psicólogas e assistentes sociais), informalidade nos procedimentos[9].

Contudo, um fato novo foi ressaltado durante os debates, nas duas experiências: o surgimento da categoria "delegado concursado"[10], que tem imprimido novos modos de funcionamento institucional nas delegacias do Estado. Segundo os policiais, isso representou um grande avanço e a esperança de mudanças positivas. Por outro lado, juntamente com este concurso, houve outro para agentes de polícia judiciária, cujos aprovados ainda não haviam sido nomeados naquela época. Esse fato criava expectativas e apreensões, pois, previa-se uma possível disputa entre "a competência dos novos" e a "experiência dos antigos".

4.4. – IMPACTOS DAS EXPERIÊNCIAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

4.4.1 – A visão dos policiais:

O impacto das 2 (duas) experiências sobre o funcionamento das DEPMs aparece como indiferenciado para os quadros policiais, tanto entre as delegadas, quantos entre os/as agentes que participaram do Grupo de Discussão e da Capacitação. Segundo os depoimentos das delegadas e agentes policiais, o impacto se reflete principalmente nos modos de atendimento à população. Essa mudança segue duas direções: uma no sentido de modificar a visão que eles/elas próprios/as tinham do trabalho policial na DEPM como um lugar

---

[9] Atualmente com a criação do Centro de Atendimento aos Grupos Vulneráveis, a DEPM encontra-se numa situação privilegiada dentro da Polícia Civil. Em termos de instalações físicas, está bem equipada, tem recebido atenção especial da Secretaria de Segurança Pública e da mídia, e segundo depoimento de uma delegada, "agora os policiais lotados no Centro são considerados privilegiados, em relação às outras unidades policiais. Quem é bom policial quer trabalhar no Centro".

[10] Até 2002 apenas 18 delegados que compunham o quadro funcional da Polícia Civil eram delegados de carreira. Os demais, tanto na capital, como no interior do Estado, exerciam o cargo através de sistema comissionado, e sua indicação repousava inteiramente no poder discricionário dos líderes políticos locais (prefeitos, vereadores, padres, etc) ou, em alguns casos, do Governador do Estado ou do Comandante da Polícia Militar. Algumas vezes essas indicações sequer respeitavam o requisito básico exigido por lei para o exercício da função de delegado de polícia: ser Bacharel em Direito. Além da irregularidade do fato, esse quadro gerava problemas institucionais graves, principalmente pela instabilidade e rotatividade dos delegados e de suas equipes nos cargos e funções. Desde a sua criação, em 1986 até 2002, apenas 1 (uma) delegada concursada havia assumido o cargo na DEPM de Aracaju.

desprestigiado dentro da Polícia Civil; e outra, no sentido de um novo entendimento dos/as próprios/as policiais sobre a função das DEPMs, levando-as a pensar no espaço policial não apenas como lugar de punição ao agressor, mas como um espaço educativo junto à mulher que sofre violência. Essa reflexão contribuiu para superar a visão estereotipada da mulher que denuncia, mas não pretende a criminalização do agressor e apontou a necessidade de encaminhá-la para outros espaços de assistência, dentro da própria delegacia ou para outras instituições.

> Na época eu percebi que eles conversaram muito e houve muita polêmica sobre muitas coisas que foram colocadas, mas digamos que o que eu percebi logo depois da capacitação é que gerou uma atitude positiva, eles começarem a questionar. Porque quando você acha que sua verdade é absoluta e as coisas têm que continuar do jeito que sempre foram, você não pára pra pensar o que seria ideal e eu acho que o ponto positivo após aquela capacitação, apesar de talvez na mente deles ter desvanecido tudo que foi falado em pouco tempo, mas no mínimo gerou neles um questionamento do que seria ideal no funcionamento da delegacia. Acredito que a sensibilidade das pessoas que fizeram o curso mudou. O cuidado do escrivão, do homem, mudou, talvez ele nunca tivesse se apercebido disso, o porquê da mulher, da menina vítima de estupro se sentir muito mais à vontade sendo ouvida por uma mulher e não por um homem. E ele começou a perceber o porquê das coisas, talvez a coisa mais válida que eu tenha percebido foi isso: existe sempre como melhorar o atendimento, principalmente numa matéria tão delicada como as relações familiares (uma delegada).

> Foi bom, a gente passou a corrigir algumas falhas que a gente talvez tivesse por ignorância e não por querer, né? A gente passou a ver a vítima como uma vítima e a gente passou a acolher melhor (agente policial).

Por outro lado, houve uma sensibilização em relação à necessidade de buscar parcerias com outros órgãos para que o atendimento à mulher vítima de violência não se encerre na DEPM, mas se desdobre em outras ações que possam oferecer soluções mais conseqüentes e de longo alcance, sem o caráter paliativo que muitas vezes representa a ação policial diante da complexidade do problema, sobretudo nos casos de violência doméstica.

A percepção da DEPM como espaço de mediação, de orientação e de cuidado, segundo depoimentos das delegadas, e a necessidade de criação de uma rede de apoio que preste um atendimento integrado e integral às mulheres em situação de violência (policial, jurídico, médico, psicológico, social), foram as contribuições mais significativas das duas experiências. Isso, segundo depoimentos de algumas, teria influenciado a busca por novos

modelos de funcionamento, que se materializou no projeto do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis.

> Toda a idéia da criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis começou com essas experiências da Universidade e do pessoal da Bahia, que nos fizeram fomentar de que tinha que mudar alguma coisa em termo de ambiente e nos procedimentos. Porque quando você procura uma delegacia o que você quer é providência e se a gente não consegue sequer atender a providência que você solicitou, a gente não está conseguindo fazer nada. Mas não bastava estar com os procedimentos em dia, a gente tem que ter qualidade de trabalho e de atendimento e fomos evoluindo. (...) Para coibir a violência doméstica não basta apenas a atuação da delegacia, é fundamental o envolvimento com redes de parceria, com Ongs, outras políticas públicas do governo destinadas a esta questão. Hoje o nosso desafio é institucionalizar essas parcerias. (...) A postura das delegadas também contribuiu pra isso e as policiais passaram a ver que essa interação era fundamental para a evolução das atividades realizadas (uma delegada).

Segundo as policiais, a mudança do formato da DEPM e sua vinculação a um complexo policial, localizado no mesmo espaço físico, com uma coordenação unificada e com setores comuns, garantiu melhores condições de trabalho e tem produzido um aumento no nível de satisfação e valorização profissional, embora se registre um acúmulo e sobrecarga das atividades sobre o contingente policial. O novo modelo de atendimento tem aumentado o número de queixas e proporcionado maior visibilidade na mídia, facilitando o acesso da população ao Centro. Há ainda, segundo esses depoimentos, uma maior preocupação com a qualidade do atendimento e com um maior acolhimento às mulheres. Esses avanços são entendidos como "não fazer a vítima esperar" e "na pouca reincidência de casos, após as audiências de mediação".

> Ficou mais completo, a gente hoje sabe que vai começar e vai terminar bem, a gente não deixa a coisa no meio do caminho, a gente não faz um BO como antes. Por exemplo, chegava uma criança vitimada de alguma violência a gente fazia aquele registro porque no caso ela morava no bairro Santa Maria e a gente não tinha como chegar e dizer "ah não vou atender porque é criança, tem que ser na Delegacia de Menores". Você ficava tão sensibilizada que você registrava o BO, mas tinha que mandar o serviço ser acabado na Delegacia de Menores e hoje não, chega aqui, a gente toma providência e vai até o final e antes não era assim. Então hoje é gratificante por isso, porque a gente vê nosso serviço fluir, a gente não deixa a coisa pela metade como era antes (agente policial)

> O nosso nível de qualidade melhorou muito e tudo começou quando passamos a pensar a temática da mulher, porque até então se fazia as coisas por senso de responsabilidade, por compromisso. Foi fundamental a intervenção tanto da Universidade quanto a intervenção da Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher [do MUSA], quando efetuou aquele curso aqui. Ainda há um pouco da intolerância dos policiais com relação à desistência da vítima, em relação à retirada da queixa, mas eu acredito que ela está muito mais suave e menos explícita (uma delegada).

Um policial que participou apenas da Capacitação e é da DEPM de Itabaiana, no interior do Estado de Sergipe, apresenta um ponto de vista diferente:

> Olhe eu acredito que acerca de posturas dos policiais não houve tantas mudanças não. Talvez acerca da concepção do que é o serviço na Delegacia da Mulher, do que é um serviço especializado na Delegacia da Mulher, talvez melhorou essa concepção, essa consciência desse serviço. Agora, acerca das posturas fica um pouco difícil, porque até por conta da estrutura que não é adequada e para você mudar sem ter uma estrutura, sem ter um apoio do governo... E isso não houve, deram um curso e acabou aí, não houve um incentivo, uma continuidade, é aquela coisa: você tem aquele curso, mas eu sinto que é como se fosse mais uma aula sobre aquele tema ali... (agente policial)[11].

4.4.2 – A visão das agências formadoras:

Os membros da Comissão de Direitos Humanos da UFS, ao contrário dos policiais, apontam as limitações dos cursos ou da experiência dos grupos de discussão, em termos de impactos sobre as práticas, capazes de produzir mudanças substanciais nos modos de operar das organizações policiais. Para eles, essas mudanças são decorrentes de muitos fatores interligados, tais como: conjuntura da segurança pública em nível nacional e local, ascensão de alguns quadros policiais aos cargos de maior hierarquia dentro das corporações, organização da própria categoria na busca de solução para os problemas institucionais das organizações policiais, etc. Dentro desse contexto, a CDH se vê como estimuladora da criação de um espaço público de tematização dessas questões e uma interlocutora na relação polícia-sociedade:

---

[11] As mudanças implantadas na DEPM de Aracaju, com a criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis, não foram extensivas às demais DEPMs do Estado, que continuam operando no modelo anterior: como Delegacias Especializadas, mas autônomas dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

> Eu não poderia estar pensando só a experiência do grupo, eu teria que estar considerando várias outras coisas de uma dimensão mais ampla do que propriamente a experiência. A experiência entra no meio, no miolo, no movimento de várias outras coisas: a educação para cidadania que vem dentro de uma política nacional de direitos humanos, de direitos da mulher, a polícia como um dos temas dessa política enfim... Então o grupo entrava no meio disso, só que querendo outras coisas que não uma mera transmissão mecânica de coisas. O grupo queria, por exemplo, que um policial começasse a poder se permitir problematizar a relação dele com a sociedade. Eu não tenho como avaliar isso pelo lado da relação concreta do policial com o cidadão, mas eu guardo assim, de recordação, de memória, algumas reflexões de algumas pessoas que estavam no grupo que se permitiram pensar coisas. Então pelo fato de eu ter testemunhado esses exercícios de crítica e autocrítica eu acho que a experiência do grupo acaba tendo uma repercussão indireta... Se aquele policial continua oprimindo as pessoas, pelo menos eu sei que aquele policial construiu reflexões críticas sobre isso, não é mais um comportamento automático (membro da CDH).

> Impacto sobre a prática, eu acho que não. Acho que um dos resultados da nossa intervenção é a absorção do discurso, mas isso não significa modificação de práticas. Quem tem agora uma prática diferenciada, já tinha uma postura de vida diferenciada antes de entrar na polícia, já tinha valores diferenciados. Então não adianta dizer: "- ah! a Delegacia da Mulher está mudando, porque a delegada X tá lá!" Pô! a delegada X é filha do Y, que foi preso político e torturado, já tem uma história da vida de comprometimento político que é a história da vida dela. Então não foi por causa dos nossos cursos, dos grupos que nós fizemos. O que eu observo é que o refinamento no trato do dia-a-dia do exercício policial depende de outros fatores de formação das pessoas. Nós podemos contribuir, mas... (membro da CDH).

Esses depoimentos vão ao encontro do que defendem Giroux e MacLaren (1994) sobre a possibilidade da produção de mudanças das práticas usuais. Para eles, só a produção de uma "contra-hegemonia" teria este papel, uma vez que implica num entendimento mais político, mais teórico e mais crítico, não só da natureza da dominação, mas também do tipo de oposição ativa que deveria engendrar (GIROUX, MACLAREN 1994). Em outras palavras, a contra - hegemonia, para além da crítica, possibilita a criação de esferas públicas alternativas.

O MUSA também pontua limitações acerca da experiência, em termos de impactos sobre as práticas policiais. O formato de capacitação adotado não possibilita o acompanhamento de ações posteriores e seus desdobramentos.

> Infelizmente eu não tenho esse dado de avaliação porque o ideal realmente é que se tivesse feito uma avaliação de impacto, mas o projeto nacional não previu isso imediatamente, embora, atualmente eu estou fazendo uma consultoria para o Ministério da Justiça e nós estamos montando realmente o projeto de avaliação nesses Estados que passaram por essas capacitações. Mas imediatamente eu não tive notícias, assim objetivas, em relação a isso. Eu não apliquei um questionário seis meses depois, um ano depois, eu não tenho esse dado. Parte-se do pressuposto que se melhorou, mas como também tem uma alta rotatividade nas delegacias, mudam os policiais, que é outra coisa que vai muito à revelia deles, então assim, eu não tenho as devoluções se melhorou ou se piorou. Eu acredito, pela minha experiência, que melhorou. Piorar eu acho difícil, ou pelo menos estagnou (...) Eu acho que depois a rede não conseguiu ser formada, até deixei alguns contatos pra que o pessoal da delegacia lá pudesse fazer contato aqui com Salvador, e até eu soube que depois a delegada titular de lá veio aqui, participou de alguns eventos, mas eu acredito que a rede ainda está pra se fazer lá. Não tenho tido notícias de que tenha prosseguido aquele potencial que a gente começou (membro do MUSA).

4.3.3 – A visão dos movimentos sociais:

A representante dos movimentos de mulheres, que participou apenas da experiência do MUSA, considera que a Capacitação produziu impacto sobre as práticas de atendimento, em termos de melhoria no acolhimento às mulheres. Mas, assinala que mudanças mais significativas se devem a fatores mais amplos e complexos, vinculados à cultura policial já consolidada.

> Então eu vejo o seguinte, primeiro melhorou o acolhimento [com a criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis]. Porque o acolhimento nunca foi uma preocupação das delegacias, sejam elas as delegacias convencionais ou as especializadas (...) Se você me perguntar se na Delegacia da Mulher o atendimento a grupos vulneráveis hoje contempla o que pensam os movimentos sociais eu digo que não, falta muito, mas nós estamos tentando fazer juntos também. (...) Mas eu me preocupo, porque a pessoa fez um curso desses, será que ela tá preparada para essa nova forma de ver a violência, de acolher, sem que ela tivesse tido condições de absorver mesmo, absorver rompendo paradigmas e desconstruindo o que ela tinha acumulado de entendimento sobre as coisas, de visão sobre o mundo, de visão sobre a mulher, de visão sobre a violência contra a mulher? Ou assim, você agregou, ao que já era cultural desses profissionais, um pequeno conhecimento? Você agregou, mas no momento que ela precise de uma tomada de decisão, ela vai fazer um resgate que vem toda a carga cultural acumulada. Porque é uma cultura, quando colocam aquele uniforme, eles já assumem superioridade... O que está por trás daquilo tudo? Então não é um curso que vai formar ou que vai desconstruir. O que nós precisamos antes é de construir essa nova mentalidade (membro da UBM).

4. 5. – AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

4.5.1 – Pela corporação policial:

A maioria dos policiais considera as duas experiências indiferenciadas, em decorrência do fato dos membros da CDH/UFS que coordenaram os Grupos de Discussão na DEPM, terem participado da Capacitação promovida pelo MUSA/UFBA, na qualidade de palestrantes, participantes de mesas redondas e ministrantes de aula. Contribui também para tal indiferenciação o distanciamento do tempo transcorrido entre a realização das experiências e esta pesquisa.

As especificidades são evidenciadas apenas em relação à metodologia: o Grupo de Discussão é percebido pelas agentes policiais como inserido no cotidiano institucional, sem conteúdos definidos a priori pela equipe da CDH, mas "negociados" com os participantes, o que é valorizado mais positivamente em relação à Capacitação dada pelo MUSA, que apresentou um programa já elaborado, com uma pauta definida de temas a serem discutidos, "sem uma pesquisa dirigida às necessidades locais".

Outra diferença evidenciada diz respeito à continuidade das experiências: a primeira é percebida como uma presença constante durante 6 (seis) meses, e a segunda, concentrada em 1 (uma) semana, embora ambas tenham contemplado a mesma carga horária. Evidenciam-se também especificidades na abordagem das policiais: a experiência do MUSA trabalhou com aulas-debate, em uma situação formal e "distante da realidade cotidiana"; a experiência da CDH utilizou como recurso, algumas vezes, a própria prática institucional. Por outro lado, na Capacitação houve melhores condições de infra-estrutura e não se verificou, explicitamente, o que os membros da CDH chamam de "resistências institucionais" ao desenvolvimento da proposta.

A visibilidade que a experiência do MUSA teve junto à corporação policial, à mídia e aos movimentos sociais foi significativamente maior do que a experiência da CDH, que ficou circunscrita a um pequeno grupo de policias da DEPM de Aracaju. Outro aspecto positivo ressaltado em relação à Capacitação foi a possibilidade de conhecer experiências de outros Estados, através da participação de instrutores convidados de Pernambuco e da Bahia.

Outros pontos positivos das duas experiências são evidenciados, sobretudo no que se refere à relação da polícia com a sociedade: ambas promoveram uma abertura ao diálogo entre esses dois segmentos, contribuindo para pensar criticamente a função das DEPMs. O "diálogo com outras instituições, com pessoas que vem de fora e abrem um espaço de expressão e reflexão" é valorizado por quase todas as policiais entrevistadas, incluindo as

delegadas. Deste modo, ambas as experiências foram, no geral, positivas: em um nível mais imediato, sensibilizaram o contingente policial para a especificidade do trabalho nas DEPMs e para a necessidade de um maior acolhimento às mulheres vítimas de violência; em um nível mais amplo, as experiências contribuíram com a idéia de criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis. A falta de continuidade das experiências é apontada como aspecto negativo, principalmente em relação à Capacitação.

4.5.2 – Pelas agências formadoras:

Na avaliação da CDH, a experiência desenvolvida junto às polícias do Estado, tanto na primeira quanto na segunda fase, representou uma expansão do debate público sobre o exercício da função policial. Neste sentido, o trabalho desenvolvido na DEPM remete sempre a um trabalho mais amplo, não circunscrito a essa unidade policial, mas ao conjunto da Polícia Civil e Militar.

Sobre a experiência na DEPM, é enfatizada a importância da reflexão feita sobre a especificidade do trabalho policial nessa delegacia e sobre o descompasso entre as representações e demandas das policiais e das vítimas em torno da função da DEPM, apontando a necessidade de se repensar o papel da polícia para além de sua função repressora e punitiva. É valorizada, também, a expressão do desejo das policiais de realizar um bom trabalho, de melhorar a imagem do policial e sua credibilidade social, e de buscar soluções mais eficazes para o atendimento às mulheres vítimas de violência. Avalia-se também positivamente a presença da delegada em quase todas as reuniões do grupo, contribuindo para o aprofundamento das discussões e para a busca de soluções.

Entretanto, em termos de impacto, como já assinalado anteriormente, a avaliação da CDH aponta as limitações do trabalho realizado no que diz respeito a mudanças das práticas institucionais. Neste sentido, o grupo considera que sua contribuição foi problematizar as relações polícia-sociedade e estimular o debate, pelos próprios policiais, das questões institucionais.

> É difícil avaliar essas coisas porque as polícias são instituições muito complexas. Dentro da própria polícia têm grupos, têm posições diversas, têm pessoas que têm posições diferentes, que têm interesses diferentes e nossa experiência não atingiu a totalidade da polícia, a gente atingiu um grupo. E como não era obrigatório, obviamente quem se aproximou dos grupos, foram pessoas que se sentiam atraídas pela temática. As transformações que possam estar ocorrendo na polícia dependem agora da posição que essas pessoas possam a vir ocupar dentro da corporação policial. Por exemplo, a gente estava conversando com uma delegada e ela falando que o rearranjo institucional que está

> havendo na Delegacia da Mulher teve muito a ver com o trabalho que nós fizemos lá. Então, isso tem a ver com o trabalho que é feito, mas também com a ascensão dessas pessoas dentro da corporação e essa ascensão na corporação é uma coisa muito aleatória que depende muito da relação de forças, dos grupos internos. Ao mesmo tempo essas pessoas que se aproximaram dos grupos muitas delas já tinham uma posição formada com relação aos direitos humanos. Os cursos que nós demos, os grupos que formamos, na verdade foram uma forma dessa pessoa reforçar essas idéias, criar interlocução com a universidade, de se conhecer um pouco melhor entre eles, de começar entre eles mesmos, saber que tem uma postura mais profissional na polícia, menos violenta, menos truculenta, etc. Então nisso você permite a criação de alianças dentro da corporação. Agora o curso em si, os grupos, propiciaram espaço, mas em relação a mudanças de práticas, eu não sei, eu sou um pouco cético (membro da CDH).

Um dos frutos da experiência do Grupo de Discussão foi a construção coletiva, de um projeto de formação policial para as DEPMs, elaborado pela equipe da CDH e pelas policiais. Entretanto, não houve recursos financeiros nem para a execução deste projeto nem para a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido. A interrupção do processo é apontada como o aspecto mais negativo da experiência.

Na avaliação do MUSA, o grande ganho da Capacitação foi a possibilidade do intercâmbio entre os Estados de Sergipe e Bahia e "pela primeira vez realizar um trabalho voltado à melhoria do atendimento, através da criação de um espaço de discussão". Isso permitiu aprofundar o debate em torno da função de uma delegacia especializada no atendimento à mulher vítima de violência, buscando alternativas para suas demandas. "Os policiais puderam colocar as dificuldades do trabalho, sem serem criticados". Foi sugerido pelos agentes que o curso fosse estendido aos policiais militares e de outras delegacias, e que a carga horária fosse ampliada.

Como aspecto negativo foi apontada a falta de infra-estrutura dada pela Secretaria de Segurança, em termos de local adequado e qualidade do coffee break oferecido.

Outro ponto considerado negativo foi que a Capacitação não atingiu um dos seus objetivos: a formação da rede de atendimento. Foi ressaltada também, como limitação da proposta, a impossibilidade de atender às demandas dos policiais:

> Evidente que tem uma série de demandas dos policiais que um curso desses não dá conta, como foi falado muito na avaliação: um curso de balística, curso de informática, melhoria da infra-estrutura como mais viaturas, melhoria do salário. A Bahia e Sergipe pagam muito mal aos policiais (membro do MUSA).

4.5.3 – Pelos movimentos sociais:

Como não participaram dos Grupos de Discussão a avaliação se refere apenas à Capacitação. Neste sentido foi ressaltada a importância do diálogo entre policiais, movimentos sociais, universidade e "todos que tinham interesse em discutir o assunto".

> Eu acho que produziu algo relevante, eu achei que abriu as portas, para mim aquele curso ainda é a referência nessa área, de você ter informação sobre as políticas públicas, como implementar, como se preparar para enfrentar essas dificuldades. Todo mundo começou a pensar mais essa área de formação, de discussão, a partir dali. (membro da UBM)

Foi apontada como limite da Capacitação a falta de continuidade da experiência, uma vez que os movimentos de mulheres entendem que esse modelo de formação não é uma estratégia eficaz para a mudança da cultura policial.

> Agora para mim o grande entrave ainda é que nós temos necessidade de continuar isso, o que fazer, então? Os cursos não têm efeito de mudar a cultura policial, porque são esporádicos, não tem conexão um curso com o outro e não tem uma periodicidade. (membro da UBM)

5. CONCLUSÃO

Embora embrionárias, considerando o curto período de tempo em que ocorreram e a baixa carga horária das duas experiências, é necessário considerar que os programas de formação policial aqui analisados estão inseridos dentro de propostas de trabalho mais amplas que as duas agências formadoras possuem, com experiências significativas em educação para a cidadania: junto à polícia (no caso da CDH/UFS) e junto aos movimentos sociais, especialmente de mulheres (no caso do MUSA/ISC/UFBA).

A contribuição das experiências para a formação policial e o impacto que tiveram sobre as práticas policiais mostram-se vinculados à abertura de um espaço de diálogo, crítica e reflexão entre a polícia e a sociedade, e não apenas aos conteúdos instrucionais trabalhados. Observam-se, neste sentido, ênfases diferenciadas: enquanto a ênfase da Capacitação do MUSA recaiu sobre a transmissão de conteúdos e informação, a dos Grupos de Discussão da CDH incidiu sobre a reflexão das práticas policiais cotidianas. Entretanto, os dois enfoques foram contemplados nas 2 (duas) experiências: ambas promoveram o acesso a informações novas e relevantes para o exercício da função policial e discutiram criticamente práticas institucionais.

O grande impacto das experiências parece estar relacionado à contribuição que ambas deram na elaboração da proposta de criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis, que se assenta em dois pilares centrais: a mediação de conflitos, e o atendimento integrado e em rede às mulheres e demais grupos vulneráveis e em situação de risco, elaborado por um grupo de delegadas e delegados de carreira, quase todos recém-concursados. Neste sentido, podemos dizer que as contribuições dadas se refletiram prioritariamente num nível hierárquico superior, embora os agentes policiais possam ter sido sensibilizados para mudanças, direta ou indiretamente.

A criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis, contudo, dependeu de inúmeros fatores vinculados à conjuntura local da Polícia Civil, tais como: a contratação de delegados/as novos/as por meio de concurso público, quase todos/as sem inserção anterior na polícia e com uma visão mais democrática de segurança pública (entre os quais foram escolhidas as atuais delegadas titulares das DEPMs do Estado); a organização desse grupo para fazer frente à práticas consideradas violadoras de direitos humanos e ilegais dentro da corporação; e a articulação com quadros policiais antigos e em ascensão, que dentro da Polícia Civil já tinham idéias e práticas diferenciadas. Além disso, houve mudança na conjuntura em nível nacional, no âmbito das políticas de segurança pública.

Deste modo, consideramos que as experiências realizadas com os Grupos de Discussão e a Capacitação, desenvolvidos respectivamente pela CDH/UFS e pelo MUSA/UFBA, somam-se a esse contexto de mudanças, no qual as agências formadoras são vistas pelos policiais como parceiros na construção de novas propostas de funcionamento para a DEPM.

O projeto que cria o Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis aponta a necessidade de "formação de agentes públicos aptos tecnicamente para lidar com as diferenças existentes no espaço social" (SERGIPE, s.d.). O texto reconhece que essas unidades policiais, embora tenham por missão o atendimento à população específica, "não possuem, em seu quadro de pessoal, profissionais preparados para o trato de tais demandas".

Deste modo, se reafirma a necessidade de formação específica para os quadros policiais, pois como revela a experiência de 2 (duas) décadas das DEAMs, não basta a criação de novos espaços policias para que se assegure bom atendimento, conquista de cidadania, proteção às mulheres e garantia de direitos.

Concluindo esse relatório recorremos a um depoimento de Paulo Freire, que relata uma experiência feita por ele, na formação de educadores, que poderia ser utilizada como desafio, em projetos de formação policial e que deixamos como sugestão a ser pensada:

> Em primeiro lugar vocês deveriam partir para uma compreensão da formação, enquanto permanente e não de uma formação que se dá hoje e acabou. O chute inicial, pra mim, teria que ser feito desde o começo, casando a prática com a teoria (...) Pessoas só se formam fazendo e participando ativamente do seu próprio processo de formação (...) A gente vai observando como é que eles trabalham e é corrigindo os erros que eles se formarão. Os próprios educandos devem ser convidados a assumir um papel importante na formação deles, e esse é um papel político (...) E vocês vão dando a teoria do processo, na medida em que o cara vai experimentando-se na prática, entende? (...) Agora, a partir daí a formação continua, no que eu chamo de seminários de avaliação da prática. Quer dizer, cada semana, fim de semana, reúne os educandos e avaliam o que foi feito naquela semana, faz a crítica com eles da sua própria prática (...) Muita gente ainda pensa que a melhor maneira de formar gente é manter 30 caras dentro de uma sala e passar um mês dando conferência. Pra mim não é, é expor você à prática e fazer a análise da prática com você, e na análise da prática nunca ultrapassar a teoria da prática que foi vivida. Eu quero dizer o seguinte: eu só tenho que analisar teoricamente aquele pedaço da prática que foi vivido, tenho que ser paciente e esperar para o dia seguinte, onde vai haver uma ultrapassagem. Aí eu ultrapasso com a teoria também. (FREIRE 1985).

Adotando essa concepção de "formação permanente" na qual o próprio educando deve ser implicado, acreditamos que cursos específicos, para atender necessidades emergenciais, não garantem um processo de formação que torne possível aos agentes policiais o enfrentamento do problema social e cultural da violência contra as mulheres, capaz de lhes garantir um atendimento especializado e diferenciado dentro da Polícia Civil. Projetos verticalizados, com conteúdos programáticos e metodologia unificada em nível nacional, como a Capacitação aqui analisada, também não parecem atingir o cerne da questão. Por outro lado, a experiência dos Grupos de Discussão é uma proposta inovadora, mas como não teve continuidade, não há elementos suficientes para analisar seu alcance e eficácia.

Uma proposta de "formação permanente" deveria estar articulada em torno de uma concepção clara sobre as questões centrais dos problemas vividos pelo cotidiano das DEAMs, para fomentar uma atitude problematizadora dos profissionais em relação às práticas institucionais vigentes. É sobre o exercício do fazer cotidiano e a reflexão dessas práticas institucionais que a teoria deve ser discutida, como sugere Freire. Essa, porém, é uma perspectiva antes política do que técnica e implica, necessariamente, repensar a função social das Delegacias da Mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Célia Chaves Gurgel et alli. *Dores Visíveis*: violência em Delegacias da Mulher no Nordeste. Fortaleza: Edições REDOR/NEGIF/UFC, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher***.** Brasília, 2004. (mimeo)

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz curricular nacional para a formação em Segurança Pública.* Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp>. Acesso em novembro de 2005.

CARRARA, Sérgio et alli. "Crimes de bagatela" In: CORREA, Mariza (org). *Gênero & Cidadania.* Campinas: Pagu/UNICAMP, 2002 (pp. 71-106).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório das atividades do curso "A Polícia como Protetora dos Direitos Humanos".* São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (mimeo)

DEBERT, Guita. Arenas de conflitos éticos nas Delegacias Especiais de Polícia. *Primeira versão.* Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

FARIAS, Paula Wiltshire Soares. *DDM: Uma delegacia de "segunda classe" para atender cidadãs de "segunda categoria"*? São Cristóvão, 2002. Monografia (Psicologia - Universidade Federal de Sergipe).

FREIRE, Paulo. *Entrevista à Comissão Pastoral dos Pescadores*. Recife: Projeto de Alfabetização, 1985 (não paginado) (mimeo).

GIROUX, MACLAREN. Formação do Professor como uma contra-esfera pública. In: MOREIRA e SILVA (org.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.

GOMES, Romeu - A Análise dos dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília (org) - *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAPLANTINE, François - *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LOURAU, René. *Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1993.

MACHADO, Lia Zanotta. *Atender vítimas, criminalizar violências.* Dilemas das Delegacias da Mulher. Brasília, 2002 (mimeo)

MARQUES, Iracy Ribeiro Mangueira; TELES, Georlize de Oliveira Costa. *O papel da Delegacia da Mulher na mediação de conflitos privados.* São Cristóvão, 2005. Monografia. (Gestão Estratégica e Segurança Pública - Universidade Federal de Sergipe).

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani – *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia:* fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes, 1994.

MENDONÇA FILHO, Manoel. A noção de educação e seus critérios de sentido. In: *Noésis*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. Salvador: EDUFBA, 2000. pp. 37-46.

MENDONÇA FILHO, Manoel (Org.) *Educação, Violência e Polícia: direitos humanos?* Aracaju: EDUFS; Salvador: EDUFBA, 2004.

MINAYO, Maria Cecília (org) - *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 1994.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Educação e Direitos Humanos: uma equação inconclusa? *Revista do Mestrado em Educação*. Aracaju: UFS, 2002. pp. 145-155.

NEVES, Paulo, RIQUE, Célia, FREITAS, Fábio. (Orgs.) *Polícia e Democracia*: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Ed. Bagaço, 2002.

NOBRE, Maria Teresa, TORRES, Lianna de Melo; FARIAS, Paula Wiltshire. Formação Policial, violência contra a mulher e cidadania: uma experiência na Delegacia da Mulher de Aracaju. In: MENDONÇA FILHO, Manoel (Org.) *Educação, Violência e Polícia:* direitos humanos? Aracaju: EDUFS; Salvador: EDUFBA, 2004.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992.

RIFIOTIS, Theofilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a "judiciarização" dos conflitos conjugais. In: *Sociedade e Estado*. Revista do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília: Editora UnB, v.19, n. 1, 2004. pp. 85-120.

SAFFIOTTI, Heleieth. *Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade.* Projeto de Pesquisa. [s.l.]: [s.d.]. (mimeo).

SANTOS, M. C. M. Cidadania de Gênero Contraditória. In: AMARAL JÚNIOR, A. PERRONE-MOISÉS, C.(orgs). *O Cinqüentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.* São Paulo: EDUSP, 1999.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado da Segurança Pública. *Portaria n° 037* 13/09/2004.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado da Segurança Pública. *Criação do Complexo de Delegacias Especializadas no Atendimento a Grupos Vulneráveis.* Projeto [s.d.], não paginado.

SILVA, K. *Relatório de Pesquisa sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres.* Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/SENASP, 2001 (mimeo)

ZANNELI, José Carlos. Movimentos emergentes nas práticas dos psicólogos brasileiros nas organizações de trabalho: implicações para a formação. In: ACHCAR, Rosemary (Coord.) *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1994.

ZEICHNER, K. *A formação reflexiva de professores*: idéias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

ANEXOS

Anexo 1

Roteiro de Entrevistas – Delegadas DEPMs

1) Qual o critério para lotação de funcionários nas DEPMs?
2) Que tipo de formação é dada aos policiais ao ingressarem nas DEPMs?
3) Existe algum tipo de acompanhamento/capacitação posterior?
4) Quais as maiores dificuldades no exercício da função policial no atendimento ao público específico da DEPMs?
5) Como vê as experiências de formação policial executadas por outras organizações não policiais das quais participou? (CDH / MUSA)
6) Como/se essas experiências contribuíram com a formação policial e para a execução das ações específicas das DEPMs?
7) Que mudanças concretas podem ser verificadas no funcionamento da DEPM depois da criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis?

Anexo 2

Roteiro de Entrevistas – Funcionárias da DEPM/Aracaju

1. Como foi a sua formação para agente de polícia?

2. Como você chegou a DEPM?

3. Que tipo de cursos específicos você fez para trabalhar na DEPM?

4. Como você vê o seu trabalho?
   (descrever a rotina, dificuldades, avanços. Explorar mudanças das práticas institucionais depois da criação do Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis)

5. Como vê o trabalho da CDH/UFS na DEPM (Grupos de Discussão)?
   (explorar contribuições para mudanças das práticas, para a formação policial, relação com a população atendida, temáticas trabalhadas, reflexões produzidas, etc).

6. Como vê o trabalho do MUSA? (Capacitação)
   (explorar contribuições para mudanças das práticas, para a formação policial, relação com a população atendida, temáticas trabalhadas, reflexões produzidas,etc).

Anexo 3

QUESTIONÁRIO - POLICIAIS E TÉCNICAS/OS DAS DEPMS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
Sexo	( ) feminino ( ) masculino
Idade	
Estado Civil	( ) solteiro/a ( ) separado/a ( ) casado/a ( ) viúvo/a ( ) divorciado/a ( ) outros
Escolaridade	( ) 1° grau completo ( ) 1º grau incompleto ( ) 2º grau completo ( ) 2º grau incompleto ( ) nível superior completo / curso: _____ ( ) nível superior incompleto / curso: _____ ( ) pós-graduação / curso: _____
Religião	
Bairro de residência	
Cargo/ Função	
Tempo de serviço na polícia	
Tempo de serviço na DEPM	
Outros setores da polícia em que trabalhou	
Renda por faixa de salário mínimo	( ) 1 a 3 SM ( ) acima de 10 a 15 SM ( ) acima de 3 a 5 SM ( ) acima de 15 a 20 SM ( ) acima de 5 a 10 SM ( ) acima de 20 SM
Via de acesso à polícia	( ) por concurso ( ) por contratação ( ) transferência/ cessão de outro órgão / qual? _____ ( ) outro / especifique _____

2. FORMAÇÃO POLICIAL / PROFISSIONAL	
2.1 – Enumere a 1ª coluna de acordo com a 2ª	
Cursos de capacitação/ treinamento realizados	Instituições promotoras
( ) direito constitucional ( ) direito penal ( ) direito criminal ( ) direitos humanos ( ) relações humanas ( ) gênero e violência ( ) ética ( ) investigação criminal ( ) legislação específica de proteção à mulher ( ) legislação de proteção a grupos vulneráveis ( ) balística ( ) defesa pessoal ( ) técnicas de atendimento ao público ( ) português ( ) arquivismo ( ) informática	(1) Secretaria de Segurança Pública (2) Secretaria da Justiça (3) ACADEPOL/ outras instituições policias (4) MUSA / UFBA (5) UFS - Universidade Federal de Sergipe (6) UNIT - Universidade Tiradentes (8) SESC/SENAC/SESI (9) outros

2.2 – Em que esses cursos/capacitação/ treinamentos contribuíram para a sua prática policial/ profissional?

OBS – Se você participou da *"Capacitação para Policiais que atendem Mulheres em Situação de Violência"*, promovida pelo MUSA/UFBA, em 2002, especifique essa contribuição:

2. 3 - Você participa dos cursos:

( ) por interesse profissional
( ) por interesse pessoal
( ) por obrigação
( ) titulação/ ascensão profissional
( ) gratificação salarial
( ) por outros motivos. Especifique:

2.4 – Enumere as temáticas que você considera relevantes para um curso de formação policial/profissional, por ordem de importância (de 1 a 13)

( ) aspectos jurídicos: direito constitucional, criminal, penal
( ) direitos humanos
( ) legislação de proteção a grupos vulneráveis
( ) relações humanas
( ) gênero e legislação específica de proteção à mulher
( ) relação polícia e sociedade
( ) violência doméstica / violência sexual
( ) missão das DEPMs
( ) mediação de conflitos
( ) valorização profissional e condições de trabalho
( ) plano nacional de segurança pública
( ) plano nacional de direitos humanos
( ) políticas públicas de proteção à mulher

3. CENTRO DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS (só para DEPM de Aracaju)

3.1 A que você atribui a mudança de formato da DEPM para Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis? (pode haver múltiplas alternativas)

( ) política nacional de atendimento a grupos vulneráveis
( ) tentativa de se fazer um trabalho diferenciado no Estado
( ) influência dos cursos realizados
( ) ampliação e melhoria do atendimento à população
( ) promover maior eficácia na resolução dos casos atendidos
( ) outras. Especificar _____

3.2 – Você considera a mudança:

( ) ótima
( ) muito boa
( ) boa
( ) razoável
( ) péssima
( ) indiferente

3.3 – Na sua opinião, que impactos essa mudança trouxe para:

a população

as/os policiais lotados na DEPM

3.4 - Que requisitos você acha necessário ao policial no desempenho da sua função na DEPM?

Anexo 4

Roteiro de Entrevistas

Membros da Comissão de Direitos Humanos da UFS

1. Como você avalia a experiência de formação policial, através dos Grupos de Discussão e Reflexão das Práticas Institucionais, desenvolvida pela CDH/UFS com as policias do Estado de Sergipe?

2. Como você avalia a experiência desenvolvida na Delegacia da Mulher?

3. Como você avalia as repercussões dessa experiência na relação da polícia com a sociedade?

4. Qual a contribuição dessas experiências para a formação policial?

5. Qual o impacto dessas experiências sobre as práticas cotidianas dos policiais e sobre a corporação?

Anexo 5

Roteiro de Entrevistas – MUSA/ISC/UFBA

1) O que é o MUSA? (histórico, objetivos, programas, etc)
2) Qual é a experiência do MUSA em formação de gênero? (público, metodologia, conteúdos trabalhados, etc)
3) Qual e como é/ foi a experiência do MUSA na capacitação de policiais da Delegadas da Mulher? (Estados atingidos, número de policiais, programas dos cursos, etc)
4) Como foi a experiência em Sergipe?
5) Como o MUSA avalia a experiência (aspectos qualitativos e quantitativos)?
6) Como os policiais avaliaram o trabalho?
   (ver possibilidade de consultar relatórios e banco dados, questionários, etc)
7) Houve algum contato posterior com os grupos trabalhados? Que repercussões a capacitação teve para melhoria do atendimento à população?